

**GRUPO DE TRABALHO DE CRIAÇÃO DA  
FUTURA UNIVERSIDADE FEDERAL COM  
CAMPI NOS ESTADOS DO PR, SC E RS.**

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES E  
RESULTADOS ATINGIDOS**

**Coordenadores: Dalvan José Reinert e Marcos Laffin**

**Santa Maria, Florianópolis, Brasília**

**Março de 2008**

**Comissão de Projeto – Portaria no 948, de 22/11/2007**

Airton Fontana – Professor e Prefeito de Guaraciaba SC

Alexandra Borba da Silva – Movimento Estudantil.

Altemir Tortelli – Coordenador Geral da FETRAF SUL;

Armênio Bello Schmidt - MEC

Beatriz Bitencourt Collere Hanff - UFSC

Carlos Alberto Ceretta - UFSM

Dalvan José Reinert – UFSM - Coordenador

Dom Orlando Dotti – Bispo de Vacaria RS

Elemar Cezimbra – Via Campesina

Elton Scapini – Professor e Assessor Parlamentar; RS

Gelson Luiz de Albuquerque - FINEP

Jaci Poli – Assessor – Sudoeste do Paraná

João Carlos Denardin - UFSM

Lucia Helena Correa Lenzi - UFSC

Luciane Carminatti – Professora e Assessora Parlamentar; SC

Márcio Alexandre Barbosa Lima - MEC

Marcos Aurelio Souza Brito - MEC

Marcos Laffin – UFSC - Coordenador

Maria Andréia Maciel Nerling – Via Campesina

Maria Ieda C. Diniz - MEC

Marlene Stochero – Região Missões do RS

Verônica Cardoso Pessoa de Carvalho - MEC

Zeferino Perin – Fórum da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul

## RELATÓRIO DAS ATIVIDADES E RESULTADOS ATINGIDOS

### 1. RESGATE DO PROCESSO<sup>1</sup>

O Movimento Pró-Universidade Federal teve início, de forma não articulada, entre os três Estados da Região Sul, ainda em 2005. No Rio Grande do Sul, o Movimento lutava pela criação de uma universidade federal para o Norte do Estado, em Santa Catarina por uma Universidade para o Oeste Catarinense e no Paraná por uma Universidade no Sudoeste Paranaense.

Com a unificação, o Movimento passou a ser coordenado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf–Sul/CUT e pela Via Campesina. Além destas organizações, o Movimento é composto pelo Fórum da Mesorregião, Central única dos Trabalhadores – CUT dos três Estados, Igrejas, Movimento Estudantil, Associações de Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores. O Movimento ganha força a partir do compromisso do Governo Lula de criar uma Universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

Em 13 de junho de 2006, em audiência no MEC, o Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, entendeu que a demanda do Movimento não era a Universidade do Mercosul, com foco na integração, que estava em processo de criação, e ficou sensibilizado com a diversidade produtiva e a identidade cultural da Região, motivo pelo qual aprovou a idéia de uma universidade federal para o Sul do Brasil (abrangendo o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná) e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade.

Em 15 de junho de 2007 realizou-se uma nova audiência com o Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad. Nesta audiência, o Ministro propôs a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica – IFET. Diante da argumentação do Movimento que continuou defendendo a necessidade de uma universidade, ficou acordada a criação de uma Comissão de Elaboração do Projeto, formada por pessoas indicadas pelo Movimento e por pessoas do Ministério da Educação.

Em 02 de outubro de 2007, em nova audiência com o Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, o Ministro confirma o compromisso do Governo de criar a universidade e reafirma o papel da Comissão de Elaboração do Projeto para tal. Assim, em 23 de outubro de 2007 é realizada a primeira reunião dos membros da Comissão de Projeto (**Memória da reunião – Anexo 1**) com o Secretário de Educação Superior – SESu, Ronaldo Mota. Nesta reunião, os representantes do Movimento na Comissão apresentaram o acúmulo do Movimento em torno do tema (**Anexo 2**) e a Secretaria apresentou uma proposta concreta de trabalho da Comissão.

A Portaria MEC nº. 948, de 22 de novembro de 2007 (**Anexo 3**), oficializou a Comissão de Projeto, formada por 22 membros, sendo 11 indicados pelo Movimento e 11 do Ministério da Educação, dentre eles, membros da SESu, SECAD INEP, FINEP/MCT, UFSM e UFSC. A Comissão, coordenada pelos professores Dalvan José Reinert (UFSM) e Marcos Laffin (UFSC), reuniu-se formalmente em 23 de novembro de 2007, 13 de dezembro de 2007 e 21 e 22 de janeiro de 2008.

---

<sup>1</sup> Informações extraídas do documento entregue pelo Movimento Pró-Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, em audiência realizada em 15/06/2007.

A reunião de 23 de novembro de 2007 (Memória da reunião – **Anexo 4**), realizada em Santa Maria, na UFSM, contou com a participação da Diretora de Desenvolvimento do Ensino Superior, Maria Ieda Diniz, do Reitor da UFSM, Clóvis Silva Lima, e do reitor da UFSC, Lúcio José Botelho. Nesta reunião, a Comissão definiu o Plano de Trabalho e os critérios para definição da localização das unidades da Universidade.

Na reunião de 13 de dezembro de 2007 (Memória da reunião – **Anexo 5**), realizada em Florianópolis, na UFSC, a Comissão definiu a localização das unidades da Universidade e iniciou uma discussão sobre áreas de atuação e cursos. Nesta reunião os representantes do Movimento Pró-Universidade fizeram uma exposição abordando aspectos como a localização da sede e campi, perfil, estrutura curricular, áreas de atuação e critérios para definição do nome da universidade (**Anexo 6**). Também nesta reunião, a Comissão de Projeto recebeu uma Comissão de Passo Fundo-RS, colocando o Município à disposição para ser sede de um futuro campus da Universidade.

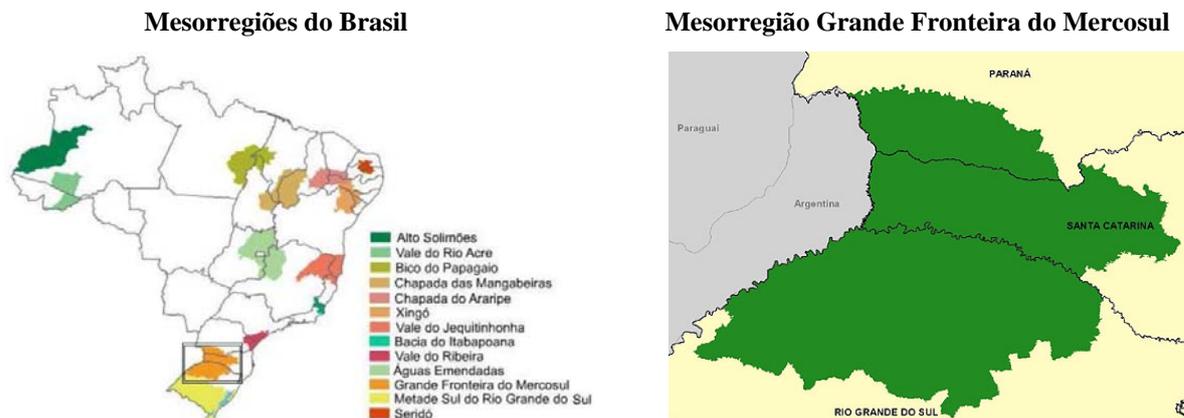
A última reunião da Comissão, realizada em 21 e 22 de fevereiro de 2008 (Memória da reunião – **Anexo 7**), na UFSC, tratou da seguinte pauta: apreciação de recursos quanto à localização das unidades; processo, demandas e datas a serem cumpridas; áreas de atuação e cursos; relato de experiências da Universidade Federal do ABC (**Anexo 8**) e da Universidade Federal de Alagoas – Campus de Arapiraca (**Anexo 9**).

Nesta reunião, a Comissão de projeto apreciou pedido de impugnação da Central do Estudante e Comitê Municipal de Santo Ângelo-RS em relação à localização do campus das Missões em Cerro Largo. O pedido de impugnação foi proposto junto ao Ministério Público e junto à Comissão. O MEC informou ao Ministério Público que a decisão sobre este tema cabe à Comissão de Projeto. O Movimento Pró-Universidade Federal havia proposto um campus para a Região das Missões. Os movimentos sociais definiram um processo que culminou com a decisão por Cerro Largo. A Comissão de Projeto, em 13 de dezembro de 2007, homologou a decisão, considerando que todos os critérios definidos para fins de localização das unidades são regionais e não municipais. O pedido de impugnação toma como base os critérios de localização propostos no projeto elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria 352/GR/2006 (mais conhecido como Projeto UFSC). Naquele Projeto, os critérios de localização tomam como base o município, diferente dos critérios definidos, que tomam como base a região. A Comissão de Projeto definiu por referendar a decisão tomada em 13 de dezembro de 2007.

A Comissão também apreciou o pedido de revisão quanto à localização do campus do Paraná. Para isso, a Comissão recebeu e ouviu uma representação do Sudoeste do Paraná, que questionou a definição por Laranjeiras do Sul, pelo fato do município estar fora da Mesorregião. A Comissão resgatou os critérios e o consenso construídos de que a territorialidade abrangia a Mesorregião e seu entorno (um entorno determinado, que envolvia a Região do Cantuquiriguaçu – PR –que sempre se fez representar e participou ativamente- e a Região de Vacaria – RS). Os manifestos encaminhados ao MEC e todas as exposições feitas deixavam explícito que se tratava da Mesorregião e seu entorno. Após várias intervenções, a Comissão referendou a decisão tomada em 13 de dezembro de 2007, ou seja, manutenção da indicação do campus do Paraná para a Região do Cantuquiriguaçu (Laranjeiras do Sul).

## 2. CARACTERIZAÇÃO DA MESORREGIÃO E SEU ENTORNO<sup>2</sup>

A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul abrange o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná. Esta Mesorregião localiza-se em área de fronteira com a Argentina e compreende 396 municípios, com área total de 120,8 mil quilômetros quadrados e população de 3,8 milhões de habitantes.



A Mesorregião tem a agropecuária e a agroindústria como base de sua estrutura produtiva e um grau de urbanização relativamente baixo em relação ao restante do País (em torno de 65%), concentrando parcela significativa da população na zona rural. Em relação à região Sul, a Mesorregião representa um quarto do território e da população. No entanto, o PIB da Mesorregião representa pouco mais de um décimo e o PIB *per capita* (US\$ 3.285) é 40% menor que o da região Sul (US\$ 5.320).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, do Ministério da Integração Nacional, classifica as microrregiões brasileiras como de “alta renda, baixa renda, dinâmicas e estagnadas”. A maior parte das microrregiões que compreendem a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul são classificadas como estagnadas. Os indicadores demonstram que a Mesorregião, em relação à Região Sul e ao Brasil, vem empobrecendo<sup>3</sup>.

A Mesorregião possui uma identidade histórica forjada desde a chegada dos imigrantes europeus. O processo de colonização trouxe consigo novos valores, formas de organização da produção e da vida comunitária, que implicaram na quase exclusão das populações nativas e negras. Ainda hoje, a forte presença de imigrantes europeus, juntamente com remanescentes de indígenas e mestiços, é uma característica marcante da região. A religiosidade e o importante papel da igreja na organização do povo é também outro elemento característico da região.

A Agricultura Familiar e Camponesa é um elemento estruturador e dinamizador do desenvolvimento da região. O processo de modernização do campo, conhecido como Revolução Verde, trouxe à região um padrão tecnológico danoso ao ambiente e dependente da indústria, impondo máquinas, sementes selecionadas, adubação química e agrotóxicos. Nesse processo, coube à Agricultura Familiar e Camponesa a liberação de mão-de-obra para os centros urbanos, o suprimento de matéria-prima para indústria, a geração de oferta de alimentos e produtos para exportação e a transferência de renda para o setor urbano.

<sup>2</sup> Extratos do documento entregue pelo Movimento Pró-Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, em audiência realizada em 15/06/2007.

<sup>3</sup> Ministério da Integração Nacional. PNDR, 2005.

Uma parte das famílias que permaneceu no campo foi inserida ao processo capitalista de desenvolvimento, submetida à lógica mercantil, produzindo, especialmente grãos para exportação ou carne e leite para as grandes agroindústrias. Os excluídos desse processo migram, tardiamente, para as periferias das cidades ou mantêm-se no campo, produzindo basicamente para a subsistência.

O setor urbano industrial da Mesorregião possui uma profunda interdependência com a agropecuária, a exemplo das empresas agroindustriais. Além do setor agroindustrial, há uma forte presença de micro e pequenas empresas industriais e comerciais, também com intensa relação entre a cidade e o campo.

Cabe destacar ainda a importante rede de serviços que se constituiu para viabilizar e dinamizar os processos econômicos, sociais e culturais da Região. Seguindo a dinâmica da concentração populacional em centros regionais, já citados acima, este setor desenvolveu uma significativa inserção na vida e na dinâmica da população, suprimindo as demandas de saúde, ensino, informação, tecnologia, cultura entre outros.

Um importante eixo de desenvolvimento para a Mesorregião, ainda em construção, é o do turismo, com forte potencial de geração de emprego e renda. São muitos os municípios que apresentam potencial para o desenvolvimento de pólos de ecoturismo ou para o desenvolvimento de esportes de aventura, além do turismo rural.

Do ponto de vista político, desenvolveu-se na Mesorregião uma dinâmica de organização de diferentes sujeitos sociais, determinando um rico aprendizado para a participação política e social. Como reflexo, surgiu uma densa rede de organizações da sociedade civil, a exemplo do Movimento Sindical, Movimento Popular, Movimento Cooperativo, ONGs, Associações de Municípios e Conselhos, que constitui um grande patrimônio social e que serve de modelo para outras regiões do País.

A Igreja desempenhou um importante papel no processo de desenvolvimento social e político nesta Região, influenciando nas formas de organização econômica e cultural da população. O trabalho iniciou muito cedo com a organização escolar primária em algumas localidades e avançou para o incentivo de formas associativas políticas e econômicas durante os anos 70 e 80 do século XX. Merece destaque especial o trabalho desenvolvido pelas Comunidades Eclesiais de Base, especialmente no Alto Uruguai e Sudoeste do Paraná, que constituíram uma identidade diferenciada com base no associativismo, na luta política e no trabalho.

É também nesta Mesorregião que se desenvolveu um importante movimento cooperativo desde a primeira metade do século passado, constituindo as chamadas cooperativas tradicionais. Recentemente, a partir da ação do Movimento Sindical e Popular, foram criadas novas cooperativas de produção, de crédito, de habitação.

O conjunto de municípios que compõe a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul é marcado pelo número expressivo de municípios com população inferior a 20.000 habitantes. No ano de 2006, haviam 345 municípios incluídos nesta faixa, o que representava 90,7% do total de unidades que compõem a Mesorregião. No outro extremo, apenas 02 municípios possuíam população superior a 100.000 habitantes (Passo Fundo/RS e Chapecó/SC).

Os pequenos municípios da Região são caracterizados pelo empobrecimento social refletido nas condições de moradia de parcela significativa da população, deficiências de saneamento básico, acesso à saúde e educação. Esse conjunto de elementos, associado à dificuldade de geração de trabalho e renda para a população, acaba gerando êxodo rural e emigração regional. Estes pequenos municípios carecem de uma instituição com capacidade de produzir conhecimento e tecnologia para articular políticas públicas no sentido de gerar um processo e desenvolvimento capaz resolver este conjunto de problemas.

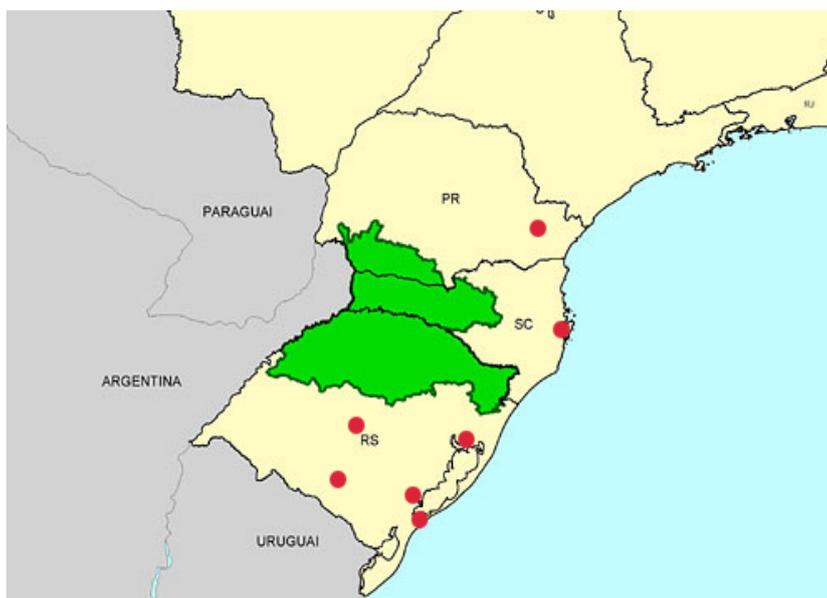
Parcela da população residente no meio urbano desta Mesorregião, concentrada especialmente nas cidades-pólo já citadas, enfrenta vários problemas, alguns comuns aos grandes centros urbanos e outros específicos de cidades localizadas em regiões distantes das capitais dos Estados. Entre estes problemas destacam-se o crescimento do desemprego, da pobreza, da violência, da falta de moradia e do deficiente saneamento básico. Cabe destaque ainda a baixa qualificação profissional, os baixos salários, as poucas oportunidades de opção profissional, a falta de oportunidades de educação superior, especialmente pela distância das Universidades Federais. Destaca-se ainda a falta de condições financeiras da maioria dos jovens de pagar sua formação superior.

Geograficamente distante dos centros de decisão política dos Estados e da União, a Mesorregião apresenta, desde sua colonização, uma trajetória marcada por baixos investimentos estatais e pela ausência de equipamentos públicos essenciais ao seu processo de desenvolvimento. Os investimentos em desenvolvimento na região seguiram a lógica da geração de empregos através da implantação de grandes empreendimentos econômicos privados, dando margem à aceleração de processos concentradores de riqueza e renda.

É especialmente a partir da luta e ação das Organizações e Movimentos Sociais desta Região que um conjunto de programas e políticas públicas foi construído nas últimas duas décadas: a aposentadoria de um salário mínimo para o homem e a mulher do campo; Pronaf; o Seguro da Agricultura Familiar; o Programa de Habitação Rural; o Sistema Único de Saúde – SUS; programas na área da educação. Apesar de serem consideradas políticas com características de assistência social são inegáveis os impactos causados por elas, pois são responsáveis pela manutenção de milhares de famílias no campo e na cidade e pelo desenvolvimento de regiões e municípios, especialmente os de pequeno porte, demonstrando que uma intervenção direta do Estado pode estabelecer uma nova realidade.

A ausência ou os baixos índices de investimentos estatais na Mesorregião são particularmente ilustrativos no que se refere à educação. No passado, para garantir educação aos filhos, os imigrantes tiveram que criar as chamadas escolas da comunidade, já que, somente a partir da segunda metade do século XX, percebe-se uma presença mais forte do Estado na área da educação. Em termos de educação superior pública, a ação do Estado na Mesorregião continua ausente. Enquanto outras regiões contam com Universidades Públicas Federais e/ou Estaduais, as Universidades Públicas mais próximas da Mesorregião encontram-se, em média, a mais de 400 quilômetros de distância.

### IFES da Macrorregião Sul



Em decorrência da falta de ação do Estado na área, são criadas as chamadas Universidades Comunitárias e, mais recentemente, inúmeras instituições privadas. Esse modelo apresenta limites ao atendimento generalizado à população, justamente por estar condicionado à cobrança de mensalidades para sobreviver, o que exclui os mais carentes. Assim, a exclusão tem um claro recorte social, visto que impede justamente o acesso ao ensino superior da população com menor poder aquisitivo. Este processo, além de excludente, é injusto, na medida em que contribui para extrair renda da população mais pobre. Assim como no passado os imigrantes tiveram que bancar a “educação básica”, hoje justamente a população de baixa renda é novamente obrigada a pagar para garantir aos filhos um curso superior. Na área da pesquisa e da extensão, os limites deste modelo são ainda maiores.

Se, por um lado, temos enormes avanços em termos de políticas públicas voltadas à Agricultura Familiar e Camponesa, por outro lado, as políticas públicas de educação superior com capacidade de inovação científica e tecnológica indispensável para a inserção econômica qualificada ainda estão muito distantes. Esta realidade contribui com o deslocamento populacional do campo para a cidade, dos pequenos municípios para as cidades-pólo de cada microrregião e, principalmente, da Mesorregião para outras regiões, num processo conhecido como litoralização da população. Tal movimento vem minando as forças produtivas locais e dificultando a geração de um processo de desenvolvimento endógeno.

Por essa razão, a oferta de ensino superior público e gratuito, especialmente à população mais carente, articulada com um forte investimento em pesquisa e extensão, que atenda os três Estados da Mesorregião com diversos *campi*, é condição essencial ao desenvolvimento regional. É nesse contexto que se insere a criação de uma universidade federal como estratégica para a promoção do desenvolvimento regional.

### **3. ELEMENTOS DO PERFIL DA UNIVERSIDADE<sup>4</sup>**

O Movimento Pró-Universidade propõe uma Universidade Pública e Popular, com excelência na qualidade de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos na identificação, compreensão, reconstrução e produção de conhecimento para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País, tendo na agricultura familiar e camponesa um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento.

A partir dessa compreensão, o Movimento concebe a Universidade como um instrumento para potencializar a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, que tenha como premissa a valorização e o fortalecimento da matriz produtiva existente, com ênfase para: a estrutura de produção agroindustrial, especialmente a agricultura familiar e camponesa, a agroecologia e a diversificação; a capacidade empreendedora e de trabalho cooperativo e solidário; os setores industriais, como o agroindustrial, metal-mecânico, móveis, confecções, eletroeletrônico e extrativo-mineral; a infra-estrutura de transporte, energia e comunicações; os recursos naturais e a diversidade ambiental, com destaque ao Aquífero Guarani e à Bacia do Rio Uruguai; o potencial turístico; a diversidade cultural; as Políticas Públicas e o setor de serviços.

Para cumprir esta missão, o Movimento propõe uma universidade democrática, autônoma, que respeite à pluralidade de pensamento e à diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais. Também propõe uma universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade.

Propomos uma universidade com atuação, de forma integrada, na área do ensino, da pesquisa e da extensão, em todas as áreas do conhecimento, com foco nas Ciências Agrônomicas e Veterinárias.

### **4. LOCALIZAÇÃO DA SEDE E DOS CAMPI**

Para melhor cumprir sua missão, a Universidade deverá ter estrutura multicampi (descentralizada), abrangendo a Mesorregião e seu entorno, um entorno definido a partir da ação do Movimento.

A proposição de localização da sede e dos campi da Universidade tomou como base os seguintes critérios: regiões com forte presença da agricultura familiar e camponesa, elemento caracterizador, estruturador e dinamizador do desenvolvimento da Mesorregião; regiões com forte presença de Organizações e Movimentos Sociais Populares e do Movimento Pró-Universidade Federal; regiões com maior número de alunos no Ensino Médio; regiões com IDH mais baixos; regiões mais distantes das atuais Universidades Federais da Região Sul; regiões mais carentes de instrumentos públicos federais, especialmente na área da educação; regiões que representem centralidade no contexto geográfico da Mesorregião e que contenham certa infra-estrutura de transporte, comunicação, educação básica, serviços públicos, hotéis; distribuição dos campi entre os estados, considerando o número de municípios e a população da Mesorregião e seu entorno.

---

<sup>4</sup> Extratos do documento entregue pelo Movimento Pró-Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, em audiência realizada em 15/06/2007.

O Movimento propôs a implantação da universidade com 11 campi, iniciando com sete. Considerando a proposta do MEC em iniciar com uma unidade em cada Estado, podendo, caso houvesse consenso do Movimento, iniciar com dois campi no Rio Grande do Sul, o Movimento cedeu propondo a quarta unidade no RS, com o mesmo número de cursos e alunos previstos para as três. Caso não seja possível, o Movimento propôs a redução proporcional entre todas as unidades. A partir dos critérios e dos processos construídos, definiu-se pela sede em Chapecó – SC, por um campus em Erechim – RS, um campus em Cerro Largo – RS e um campus em Laranjeiras do Sul – PR. No caso dos campi para o Rio Grande do Sul, o Movimento definiu um campus para a Região Norte ou também conhecida como Alto Uruguai e um campus para as Regiões das Missões e Fronteira Oeste. A Região Norte ou Alto Uruguai propôs o município de Erechim e a Região das Missões e Fronteira Oeste o município de Cerro Largo. Em relação ao campus do Paraná, a Região do Sudoeste e a Região do Cantuquiriguaçu não chegaram a um consenso e a Comissão de Projeto definiu por Laranjeiras do Sul, na Região do Cantuquiriguaçu.

O Movimento propôs e a Comissão de Projeto definiu por constar na Exposição de Motivos e nas Diretrizes do Projeto Institucional e Pedagógico da Universidade a necessidade de ampliação, com indicativo das seguintes regiões/Municípios: no Rio Grande do Sul, Ijuí, Lagoa Vermelha, Passo Fundo e Soledade; em Santa Catarina, Concórdia e São Miguel do Oeste; no Paraná, Francisco Beltrão.

## 5. PROPOSTAS DE DOCUMENTOS – RESULTADO DO TRABALHO DA COMISSÃO

### 5.1. Carta de Florianópolis



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Grupo de Trabalho para Criação da Universidade Federal da Fronteira Sul

Portaria nº 948, de 22 de novembro de 2007,  
publicada no DOU de 26 de novembro de 2007

A sua Senhoria o Senhor  
Prof. Ronaldo Mota  
Secretário de Educação Superior  
Ministério da Educação

Senhor Secretário,

Em reunião realizada na cidade de Florianópolis-SC, em 13 de dezembro de 2007, após as razões e condições apresentadas pelos membros do Grupo de Trabalho que representam os movimentos sociais, para as possíveis cidades que configurariam como sede e campi para a nova Universidade Federal da Fronteira Sul, foi decisão desse grupo de trabalho deliberar pela escolha dos quatro municípios a seguir listados:

- No Estado do Rio Grande do Sul dois campi sendo um no município de Erechim e o outro em Cerro Largo;
- No Paraná um campi no município de Laranjeiras do Sul; e
- Em Santa Catarina no município de Chapecó ficará a sede da Universidade.

Como critérios de seleção foram utilizados:

- Regiões com forte presença da agricultura familiar e camponesa, elemento caracterizador, estruturador e dinamizador do desenvolvimento da Mesorregião.
- Regiões com forte presença de Organizações e Movimentos Sociais Populares e do Movimento Pró-Universidade Federal.
- Regiões com maior número de alunos no Ensino Médio.
- Regiões com IDH mais baixo.

■ Regiões mais distantes das atuais Universidades Federais da Região Sul.

■ Regiões mais carentes de instrumentos públicos federais, especialmente na área da educação.

■ Regiões que representem centralidade no contexto geográfico da Mesorregião e que contenham certa infra-estrutura de transporte, comunicação, educação básica, serviços públicos, hotéis.

■ Distribuição dos campi entre os estados, considerando o número de municípios e população da Mesorregião e seu entorno.

■ Municípios: 396 (RS 223; SC 131; PR 40).

■ Área: 120.762 km<sup>2</sup> (RS 69,6; SC 34,1; PR 17,1).

■ População: 3,8 milhões (RS 2.039.312; SC 1.232.635; PR 557.043).

É importante destacar que os municípios de Francisco Beltrão-PR, São Miguel do Oeste e Concórdia em SC, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Ijuí e Soledade no RS, também foram trazidos como possíveis campi e por questões ligadas diretamente aos critérios já apresentados ficaram listados como passíveis de participarem do processo de expansão da futura universidade.

Ficou também deliberado pelo Grupo de Trabalho as áreas de conhecimento para sede e campi da nova universidade, assim indicados:

#### CHAPECÓ-SC:

- Ciências Agrárias e Veterinárias;
- Ciências da Saúde;
- Licenciaturas – formação de professores.

#### ERECHIM E CERRO LARGO – RS:

- Ciências Agrárias;
- Ciências tecnológicas;
- Licenciaturas – formação de professores.

#### LARANJEIRAS DO SUL – PR:

- Ciências Agrárias;
- Ciências Sociais;
- Cooperativismo;
- Licenciaturas – formação de professores.

Florianópolis – SC, 13 de dezembro de 2007.

## A Comissão

Airton Fontana - Alexandra Borba da Silva - Altemir Tortelli  
Beatriz Bittencourt Collere Hanff - Carlos Alberto Ceretta - Dalvan José Reinert  
Elemar do Nascimento Cezimbra - Elton Scapini - Gelson Luiz de Albuquerque  
João Carlos Denardin - Luciane Maria Carminatti - Lúcia Helena Corrêa Lenzi  
Marcos Aurelio Souza Brito - Marcos Laffin - Maria Andréia Maciel Nerling  
Marlene Catarina Stochero - Verônica Cardozo Pessoa de Carvalho - Zeferino Perin

## 5.2. Aviso Nº \_\_\_/MEC/2008

Brasília, de março de 2008.

**A Sua Excelência o Senhor**

**PAULO BERNADO SILVA**

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília-DF

**Assunto:** Criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Senhor Ministro,

Proponho a Vossa Excelência que seja examinada a possibilidade de encaminhamento, à apreciação de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, o anteprojeto de lei de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

A criação de uma universidade pública na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno, que possui, somente na Mesoregião, área de 120,8 mil Km<sup>2</sup> e congrega 396 municípios integrantes dos três Estados do Sul do país, abrangendo o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, e seus respectivos entornos, e com aproximadamente 3.800.000 habitantes é uma clara demonstração de compromisso com o desenvolvimento, a cultura e a democratização do acesso ao ensino superior. É uma das iniciativas que renovam a confiança do país em si mesmo e tem o poder de mobilizar as novas gerações para a invenção do futuro.

A Universidade Federal da Fronteira Sul será pautada por princípios orientadores com vistas, em sua vocação inicial, à integração da região e desenvolvimento dos municípios que perfazem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno. Uma de suas metas é o desenvolvimento regional integrado, que é condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos na região e a reversão do processo de litoralização. Visa o acesso ao ensino superior como fator decisivo para o desenvolvimento das capacidades econômicas e sociais da região, a qualificação profissional e o compromisso de inclusão social que devem pautar todo projeto político-pedagógico e que dão o sentido ao conhecimento, ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão como condição de existência de um ensino crítico, investigativo e inovador e a interação entre as cidades e estados que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno.

Pelo exposto e por todas as razões descritas na EM anexa, entende-se que é chegada a hora de termos uma nova universidade federal comprometida com o desenvolvimento e a democracia, aberta a todos os brasileiros.

Atenciosamente,

**FERNANDO HADDAD**

Ministro de Estado da Educação

### 5.3. EM I nº /2008/MEC/MP

Brasília, de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, com sede e foro na cidade de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, e com área de abrangência inicial na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

2. A Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul possui área de 120,8 mil Km<sup>2</sup>, congrega 396 municípios integrantes dos três Estados do Sul do país, abrangendo parte do norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e do Sudoeste do Paraná, com aproximadamente 3.870.000 habitantes. Com uma economia fortemente relacionada à agricultura familiar, nas últimas décadas a região viu suas condições sócio- econômicas se agravarem em virtude da crise que se instalou no setor, a partir do processo de modernização da agricultura, baseado no modelo conhecido como Revolução Verde, e de um processo de agroindustrialização pautado por uma perspectiva de centralização e concentração de renda. Esse processo provocou um forte movimento de deslocamento populacional do campo para a cidade, dos pequenos municípios para as cidades pólo de cada microrregião e, principalmente, da região para outras regiões do Estado, num processo conhecido como litoralização da população. Tal movimento vem, cada vez mais, minando as forças produtivas locais, dificultando a geração de um processo de desenvolvimento endógeno.

3. A expansão da rede de ensino superior e a ampliação do investimento em ciência e tecnologia, promovendo a inclusão social, são objetivos centrais do governo federal e foco do debate sobre a reforma universitária. Considerando que a promoção do desenvolvimento sócio econômico, além de investimentos públicos, depende também de instituições geradoras de conhecimento, foram criadas na região as Universidades Regionais, associadas às administrações públicas em nível estadual e municipal, que é um modelo comunitário de universidades que conheceu surpreendentes avanços tanto no que diz respeito à qualidade e diversidade do ensino oferecido, quanto pela produção acadêmica através da pesquisa e da extensão.

4. Obstante a isso, este modelo de atendimento para o ensino superior apresenta limites ao atendimento generalizado à população, justamente por estar condicionado à cobrança de mensalidade para sobreviver. Nem todos os alunos que desejam frequentar um curso superior podem fazê-lo devido às restrições impostas pela cobrança de mensalidade. Nesse caso, a exclusão tem um claro recorte social, visto que impede justamente o acesso da população com menor poder aquisitivo. Da mesma forma, o desenvolvimento da pesquisa e da extensão encontra limites em decorrência da falta de investimentos públicos.

5. Por essa razão, a oferta de alternativas de ensino superior público e gratuito é condição essencial ao desenvolvimento regional, estendendo o acesso a esse nível de ensino também à população mais pobre, desde que associado a políticas afirmativas de inclusão, estimulando o seu desenvolvimento.

6. A Universidade Federal da Fronteira Sul será pautada por princípios orientadores com vistas à integração da região e desenvolvimento dos municípios que perfazem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno. Destacando-se o desenvolvimento regional integrado, que é condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos na região e a reversão do processo de litoralização, o acesso ao ensino superior como fator decisivo para o desenvolvimento das capacidades econômicas e sociais da região, a qualificação profissional e o compromisso de inclusão social que devem pautar todo projeto político-pedagógico e que dão o sentido ao conhecimento, o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão como condição de existência de um ensino crítico, investigativo e inovador e a interação entre as cidades e estados que compõem a grande fronteira do Mercosul.

7. Com a implantação da UFFS serão criados 30(trinta) novos cursos de Graduação, tendo como meta 10.000 estudantes nos cursos de graduação, mestrado e doutorado. O quadro de pessoal

previsto para a Universidade será composto de 500 cargos de docentes 3º grau, 108 técnico-administrativos nível superior e 232 cargos de técnico-administrativos nível médio.

8. O modelo institucional e acadêmico a ser adotado para a implantação da UFFS será *multicampi*, inicialmente contará com campi, nos três estados, na região da Grande Fronteira do Mercosul. e seu entorno, sendo no norte do Rio Grande do Sul, com campi nos municípios de Cerro Largo e Erechim, Oeste de Santa Catarina, com campus (sede) no município de Chapecó e no Sudoeste do Paraná e seu entorno, com campus no município de Laranjeira do Sul. Os municípios de Francisco Beltrão no Paraná, São Miguel do Oeste e Concórdia em Santa Catarina, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Ijuí e Soledade no Rio Grande do Sul também foram escolhidos como possíveis campi e por questões ligadas diretamente aos critérios de escolha dos locais ficaram listados como passíveis de participarem do processo de expansão da futura universidade.

9. A estrutura organizacional proposta assemelha-se às estruturas organizacionais de diversas universidades públicas federais e estaduais. Deverão ser criados os Cargos de Direção e Funções Gratificadas necessários para compor o quadro de pessoal, quais sejam: 1 (um) CD-1, 1 (um) CD-2, 20 (vinte) CD-3, (trinta) CD-4, 50 (cinquenta) FG-1, 40 (quarenta) FG-2, 35 (trinta e cinco) FG-4 e 35 (trinta e cinco) FG-4 e 15 (quinze) FG-5.

10. A repercussão financeira anual quando da plena implantação da Universidade, referente a pessoal e custeio, está estimada na ordem de R\$ 194.547.215,23 (cento e noventa e quatro milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, duzentos e quinze reais e vinte e três centavos). Durante a fase de implantação, que terá a duração de quatro anos, o valor estimado para o primeiro ano é da ordem de R\$ 35.733.458,12 (trinta e cinco milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e doze centavos); para o segundo ano é de R\$ 45.743.906,85 (quarenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e três mil, novecentos e seis reais e oitenta e cinco centavos); para o terceiro ano é de R\$ 56.427.725,49 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e nove centavos) e para o quarto ano é de R\$ 56.642.124,76 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, cento e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos).

11. Acreditamos Senhor Presidente, que a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul trará efetivos benefícios para a Região Sul, em especial para os três estados que compõe a Mesorregião da Grande Fronteira Sul e seu entorno, ampliará a oferta de ensino superior e, ao mesmo tempo, gerará conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, à prosperidade e ao bem-estar de aproximadamente três milhões e oitocentos e setecentas mil habitantes da região, além de contribuir de forma estratégica em defesa dos nossos recursos naturais, gerando um desenvolvimento sustentável e, especialmente, significará a oportunidade de acesso ao ensino superior a milhares de pessoas de famílias com renda insuficiente para manter seus filhos em universidades públicas federais distantes e, muito menos, de assumir compromissos com mensalidades em universidades não públicas.

Respeitosamente,

**FERNANDO HADDAD**  
Ministro de Estado da Educação

**PAULO BERNADO SILVA**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Autorização para criar a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, que terá por objetivo ministrar educação superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi no Norte do Rio Grande do Sul, no Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste do Paraná.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Autoriza a criação da UFFS e cria no âmbito do Poder Executivo 500 cargos de docentes 3º grau, 108 técnico-administrativos nível superior e 232 cargos de técnico-administrativos nível médio, Cargos Comissionados e Funções Gratificadas. Cria os cargos de Reitor e Vice-Reitor no âmbito do Ministério da Educação. As implantações das atividades e o conseqüente início do exercício contábil e fiscal da UFFS coincidirão com o ano civil subsequente à publicação da Lei.

3. Alternativas existentes às medidas propostas:

Não há outro projeto do Executivo sobre a matéria.

4. Custos

	2009	2010	2011	2012
<b>Docente-total/ investimento</b>	<b>13.202.303,32</b>	<b>6.015.135,27</b>	<b>6.015.135,27</b>	<b>6.015.135,27</b>
<b>Tec. Admin. Total</b>	<b>3.576.256,17</b>	<b>7.334.076,12</b>	<b>7.334.076,12</b>	<b>7.334.076,12</b>
<b>Total CD + FG</b>	<b>508.379,30</b>	<b>4.282.727,72</b>	<b>4.282.727,72</b>	<b>4.282.727,72</b>
<b>Despesas de Custeio</b>	<b>18.446.519,32</b>	<b>28.111.967,74</b>	<b>38.795.786,38</b>	<b>39.010.185,65</b>
<b>Total</b>	<b>35.733.458,12</b>	<b>45.743.906,85</b>	<b>56.427.725,49</b>	<b>56.642.124,77</b>

A repercussão financeira acima retrata a implantação gradativa da Universidade Federal da Fronteira Sul que terá a duração de quatro anos. A criação da Universidade exige a concessão de Funções Gratificadas e Cargos de Diretoria, a contratação do Corpo Docente, a contratação de Pessoal Administrativo, tanto de nível superior quanto intermediário, além da manutenção e pagamento de despesas correntes.

A Repercussão Financeira foi efetuada utilizando-se a base de cálculo a seguir detalhada:

Para CDs, FGs, Salário dos Docentes e Salário dos Técnicos Administrativos :

Repercussão financeira total de Pessoal (RFTP) = (Total de CD + FG) + Total de Docentes + Total de Pessoal Administrativo

Total de CD + FG =  $\sum$  número de CD/FG criados x salário correspondente ao CD/FG criado x 13,3 meses (incluindo 13º salário e adicional de férias).

Total de Docentes =  $\sum$  número de cargos criados x salário correspondente x 13,33 meses (incluindo 13º salário e adicional de férias).

Total de Pessoal Administrativo =  $\sum$  número de cargos criados x salário correspondente x 13,33 meses (incluindo 13º salário e adicional de férias).

Repercussão Financeira Total (RFT) = RFTP + Despesas Correntes.

Com base na tabela acima e no detalhamento da metodologia de cálculo podemos resumir a Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, como segue:

Quando da plena implantação da Universidade, que acontecerá provavelmente em 2012, a Repercussão Financeira Total (RFT) está estimada na ordem de R\$ R\$ 194.547.215,23

(cento e noventa e quatro milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, duzentos e quinze reais e vinte e três centavos). No processo de implantação, as projeções indicam a necessidade de um aporte anual de recursos da ordem de:

2009 - R\$ 35.733.458,12 (trinta e cinco milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e doze centavos);

2010 - R\$ 45.743.906,85 (quarenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e três mil, novecentos e seis reais e oitenta e cinco centavos);

2011 -R\$ 56.427.725,49 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e nove centavos);

2012 – R\$ 56.642.124,76 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, cento e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos);

O detalhamento dos dados de Docentes, FGs e CDs e Pessoal Administrativo estão contidos nos anexos I, II e III.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência):

Não há.

6. Impacto sobre o ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo):

Não há.

7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)

Texto Atual

Não se aplica.

8. Texto Proposto

Não se aplica.

9. Síntese do parecer do órgão jurídico:

A Consultoria Jurídica entende que a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS preenche os requisitos da constitucionalidade e da legalidade. Recomenda que em vista a natureza da matéria, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão se manifeste.

### 5.3. PROJETO DE LEI

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e dá outras providências.

#### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A UFFS terá por objetivo ministrar educação superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno abrangendo, predominantemente, o norte do Rio Grande do Sul, com campi nos municípios de Cerro Largo e Erechim, Oeste de Santa Catarina, com campus no município de Chapecó e no Sudoeste do Paraná e seu entorno, com campus no município de Laranjeira do Sul. Os municípios de Francisco Beltrão no Paraná, São Miguel do Oeste e Concórdia em Santa Catarina, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Ijuí e Soledade no Rio Grande do Sul também foram escolhidos como possíveis campi e por questões ligadas diretamente aos critérios de escolha dos locais ficaram listados como passíveis de participarem do processo de expansão da futura universidade.

Art. 3º O patrimônio da UFFS será constituído pelos bens e direitos que ela venha a adquirir, incluindo aqueles que lhe venham a serem doados pela União, Estados, Municípios e por outras entidades públicas e particulares.

Parágrafo único. Só será admitida a doação à UFFS de bens livres e desembaraçados de quaisquer ônus.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a UFFS bens móveis e imóveis necessários ao seu funcionamento integrantes do patrimônio da União.

Art. 5º Os recursos financeiros da UFFS serão provenientes de:

- I - dotação consignada no orçamento da União;
- II - auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos por quaisquer entidades públicas ou particulares;
- III - remuneração por serviços prestados a entidades públicas ou particulares;
- IV - convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais;
- V - outras receitas eventuais.

Parágrafo único. A implantação da UFFS fica sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União.

Art. 6º A administração superior da UFFS será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no Estatuto e no Regimento Geral.

§ 1º A Presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da UFFS.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a legislação pertinente, substituirá o Reitor em suas faltas ou impedimentos legais e/ou temporários.

§ 3º O Estatuto da UFFS disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 7º Para compor a estrutura regimental da UFFS, ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, os cargos constantes dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 8º Ficam criados os cargos de Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Parágrafo único. Os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos pro tempore, por ato do Ministro de Estado da Educação, até que a UFFS seja implantada na forma de seu Estatuto.

Art. 9º Até sua implantação definitiva, a UFFS poderá contar com a colaboração de pessoal docente e técnico-administrativo, mediante cessão dos governos federal, municipais e estaduais, (apenas sugiro inverter a ordem) estaduais e municipais, independentemente da limitação contida no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 dezembro de 1990.

Art. 10. A UFFS encaminhará ao Ministério da Educação a proposta de Estatuto para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado da data de provimento dos cargos de Reitor e Vice-Reitor pro tempore.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de                      de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

Quadro I

QUADRO DE CARGOS DE DIREÇÃO - CD E DE FUNÇÕES GRATIFICADAS - FG

CÓDIGO	QUANTITATIVO
CD 1	1
CD 2	1
CD 3	15
CD 4	25
FG 1	45
FG 2	50
FG 3	35
FG 4	35
FG 5	15

## Quadro II

## QUADRO DE PESSOAL EFETIVO

<b>Cargos de Docentes de 3º Grau(NI)</b>	<b>Quantitativo</b>
Docentes de 3º Grau	500

<b>Cargos de Nível INtermediário (NI)</b>	<b>Quantitativo</b>
Assistente em Administração	150
Técnico de Laboratório/área	50
Técnico de Tecnologia da Informação	4
Técnico em Agropecuária	3
Técnico em Audiovisual	3
Técnico em Contabilidade	4
Técnico em Segurança do Trabalho	3
Técnico em Suporte de Sistemas Computacionais	6
Técnico em Telefonia	3
Técnico em Telecomunicações	3
Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais	3
<b>Total Nível Intermediário</b>	<b>232</b>

<b>Cargos de Nível Superior (NS)</b>	<b>Quantitativo</b>
Administrador	25
Analista de Tecnologia da Informação	6
Arquiteto e Urbanista	2
Arquivista	3
Assistente Social	3
Auditor	1
Bibliotecário-Documentalista	8
Biólogo	2
Contador	4
Economista	4
Engenheiro/área	6
Jornalista	2
Médico/área	3
Médico Veterinário	2
Nutricionista/habilitação	3
Pedagogo/Habilitação	6
Psicólogo/área	2
Secretário Executivo	20
Técnico em Assuntos Educacionais	6
<b>Total Nível Superior</b>	<b>108</b>
<b>Total de cargos efetivo</b>	<b>340</b>

## **ANEXO 1 - Memória da primeira reunião visando a criação da UFFS: Versão produzida pelo MEC**

**Local: MEC – Brasília, DF**

**Data: 23 de outubro de 2007**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**Departamento de Desenvolvimento da Educação Superior**

**Assunto: Registro da reunião realizada em 23 de outubro de 2007, composta por técnicos do Ministério da Educação e integrantes do Movimento Pró-Universidade acerca da criação da Universidade Federal da Grande Fronteira do Mercosul.**

Aos 23 dias do mês de outubro de 2007, reuniram-se na Sala de Atos do Ministério da Educação, representantes do Ministério da Educação e do Movimento Pró-Universidade Pública e Popular e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF-RS, cujo objetivo era definir o cronograma e as estratégias de elaboração do projeto para a implantação da Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. O grupo de pessoas que representou o Movimento junto ao Ministério da Educação era composto por:

- Altemir Tortelli – Coordenador Geral da FETRAF-SUL;
- Elton Scapini – Professor e Assessor Parlamentar; RS
- Luciane Carminatti – Professora e Assessora Parlamentar; SC
- Jaci Poli – Assessor – Sudoeste do Paraná
- Zeferino Perin – Fórum da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul
- Marlene Stochero – Região Missões do RS
- Airton Fontana – Professor e Prefeito de Guaraciaba SC

- Dom Orlando Dotti – Bispo de Vacaria RS
- Elemar Cezimbra – Via Campesina
- Maria Andréia Maciel Nerling – Via Campesina
- Alexandra Borba da Silva – Movimento Estudantil.

Após todas as apresentações, o Secretário de Educação, Ronaldo Mota resgatou as questões gerais do encontro, citou o Artigo 207 da Constituição Brasileira, inclusive no que concerne à autonomia de uma universidade, as demandas locais e regionais, os preceitos básicos que caracterizam uma universidade e suas atividades acadêmicas de natureza complementar, sua estrutura multicampi, atendendo a três Estados da região Sul do Brasil, sendo que a reitoria estará sediada em um dos estados, preferencialmente no Oeste de Santa Catarina e haverá mais um campi em cada um dos outros dois estados – Norte do Rio Grande do Sul e Sudoeste do Paraná, com projeto inicial para 14 cursos e expansão para 30. O estado sede terá seis cursos e quatro cursos nos outros dois e quanto ao suporte incondicional do MEC durante todo o processo. Em seguida, abriu espaço para o Movimento apresentar suas expectativas.

Em nome do grupo de trabalho do Movimento representado pelo senhor Elton Scapini apresentou ao MEC todos os documentos, estudos e sugestões do perfil da nova instituição. O Secretário de Educação, Ronaldo Mota assistiu a toda a apresentação e fez elogios quanto à organização e o avançado nível do perfil acadêmico da nova universidade. Dentre outros detalhes, foram expostas as diretrizes e critérios para a localização da nova universidade. Destacou-se entre as diretrizes para a localização a estrutura multicampi, que atenda aos três Estados da Região Sul nos limites da Mesorregião e seu entorno; agricultura familiar e camponesa e suas organizações sociais; regiões mais carentes de instrumentos públicos federais na área do ensino superior e distantes das atuais universidades federais da Região Sul; campi geograficamente centrais na mesorregião, com facilidade de acesso aos estudantes.

A diretora do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior, complementou que as cidades candidatas terão de atender a três critérios básicos: ser pólo na região, estar em área central e oferecer contrapartida compatível com o projeto do MEC, seja ela a doação de um prédio, terreno ou em forma de recursos concretos, lembrando que não poderá existir ‘embaraços de natureza jurídica’. No momento também não há definições sobre a questão orçamentária a ser disponibilizada para a implantação da instituição, uma vez que este não é o foco do momento, pois tudo depende dos cursos escolhidos, dos profissionais que serão utilizados, etc.

Quanto aos demais procedimentos, a professora Maria Ieda adiantou que caso os trâmites do processo sejam tranquilos, há grandes possibilidades de os primeiros cursos operarem no segundo semestre de 2009. Explicou que, depois de concluído, o projeto seguirá para o Ministério do Planejamento e Gestão e para a Casa Civil. Depois da análise do governo federal, seguirá para votação no Congresso Nacional.

Além disto, foi sugerido pela Prof<sup>a</sup> Ieda que fossem definidos dois subgrupos para trabalhar questões como – o motivo da criação de uma universidade na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, exposição de motivos completa, a localização exata da universidade, estrutura acadêmica, os desafios encontrados, a vocação, as áreas temáticas, definição dos 14 cursos, as linhas gerais das atividades de ensino, pesquisa e extensão e suas áreas de atuação e outros fatores preponderantes que servirão de subsídios para a segunda reunião.

A reunião contou com a presença de mais de 30 participantes, sendo técnicos da equipe de Ensino Superior do MEC, além de representantes da Universidade Federal de Santa Maria e da Federal de Santa Catarina, as quais contribuirão na elaboração do projeto. O Grupo de Trabalho conjunto com o MEC se reunirá novamente no dia 23 de novembro de 2007, em Santa Maria e em Florianópolis (SC), no final de janeiro de 2008, a fim de avançar nas discussões da nova universidade. A análise vai apontar se a nova federal terá um perfil específico ou contemplará todas as áreas do conhecimento. A terceira e última reunião sobre o projeto ocorrerá em Brasília. A previsão é que o primeiro vestibular na futura universidade deverá ser realizado no primeiro semestre de 2009. A primeira formatura será no final de 2012.

A reunião foi encerrada às 17 horas após todas as providências e procedimentos desempenhados.

## ANEXO 2 – Apresentação por parte do Movimento Pró-universidade Federal

**UNIVERSIDADE FEDERAL  
PARA A MESORREGIÃO  
GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL**

**GRUPO DE TRABALHO  
Reunião MEC  
23-10-2007**

**Brasília**

**RESGATE DO PROCESSO**

**Início de forma desarticulada entre os Estados**

**Rio Grande do Sul - RS**

- Universidade Federal do Norte do Estado (mais de 200 municípios).
- Comitês municipais, regionais e estadual.
- Audiência Pública em Ijuí (10/12/05): MEC acena possibilidade; Audiências Regionais.
- Audiências Regionais (março/06): Participação do MEC.
- Seminários e atos públicos em todas as regiões: 2005 e 2006.

**RESGATE DO PROCESSO**

**Início de forma desarticulada entre os Estados**

**Santa Catarina - SC**

- Abertura da EFAPI (2003): Presidente afirmou que a Região teria uma universidade federal.
- Maio de 2006: Equipe UFSC inicia elaboração projeto – Emenda Dep. Vignatti (Projeto UFSC - Movimento considera como um subsídio).

**Paraná - PR**

- Encontros e seminários para discutir a demanda e a importância de uma universidade federal para o sudoeste paranaense.

**RESGATE DO PROCESSO**

- 13/06/06: Ministro Haddad aprovou a ideia de uma universidade federal para a Mesorregião.
- 23/06/06: “Vocês terão uma universidade”, afirmou o Presidente Lula (II Encontro Nacional da Habitação da Agricultura Familiar).
- 22/08/06: Ministro Haddad (sede da Fetraf-Sul/CUT): Entrega documento.
- 18/12/06: Seminário em Chapecó, com presença Equipe da UFSC.

**RESGATE DO PROCESSO**

- 24/01/07: Audiência Secretário SESU (Manuel Palácios): Acena com três campi; Incorporação campi de Frederico e Palmeira; Plano de expansão novos campi; Seminário MEC e OSP.
- 13/04/07: Seminário sem presença MEC.
- 15/06/07: Audiência Ministro Haddad: Instituto do Mercosul x Universidade; IFET x Universidade; Comissão para elaboração projeto.

**CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO  
(Elementos fundamentais  
para identidade regional,  
perfil de universidade  
e recorte geográfico)**

**Geral**

- Abrangência: norte RS, oeste SC e sudoeste PR.
- Fronteira com Argentina.
- Municípios: 381 (RS 208; SC 131; PR 42).
- Área: 139.000 km<sup>2</sup>.
- População: 3,7 milhões.

## CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

### Geral

- Grau de urbanização baixo em relação ao restante do País (em torno de 65%).
- Em relação à Região Sul:
  - Um quarto do território e da população.
  - PIB pouco mais de um décimo.
  - PIB *per capita* (US\$ 3.285) é 40% menor que o da região Sul (US\$ 5.320).
  - PNDR: Microrregiões estaganadas.
  - Perda de população e participação econômica.

## CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO



## CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO



## CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

### Sócio-Cultural

- Processo de colonização (exclusão das populações nativas e caboclas e ocupação por imigrantes: outras culturas, valores e formas de organização da produção).
- Forte presença de imigrantes europeus, de remanescentes indígenas, negros e "caboclos".
- Religiosidade e importante papel das igrejas na organização do povo.

## CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

### Econômico

- Agropecuária e a agroindústria como base da estrutura produtiva
- Agricultura Familiar e Camponesa: elemento estruturador e dinamizador do desenvolvimento.
- Processo excludente de modernização do campo (liberação de mão-de-obra; geração de oferta de alimentos; suprimento de matéria-prima; elevação das exportações agrícolas; transferência de renda para o setor urbano; padrão tecnológico dependente e danoso ao meio ambiente).
- Integração agroindustrial que submete os integrados à lógica mercantil das grandes empresas.

## CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

### Econômico

- No Brasil, a Agricultura Familiar e Camponesa é responsável pela produção de 67% do feijão, 84% da mandioca, 58% da carne suína, 52% do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos e grande parte das frutas e hortaliças.
- Na Região Sul, a Agricultura Familiar e Camponesa representa 90,05% dos estabelecimentos (907.635 famílias) e 57% do Valor Bruto da Produção Agrícola (IBGE, 1995/96).
- Presença da Agricultura Familiar e Camponesa da Região Sul majoritariamente na Mesorregião.

### CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

#### Econômico

- Setor urbano industrial: Profunda interdependência com a agropecuária, a exemplo das empresas agroindustriais.
- Forte presença de micro e pequenas empresas industriais e comerciais e de iniciativas de economia popular e solidária, com profunda interdependência.
- Importante rede de serviços.
- Grandes projetos energéticos.
- Empobrecimento da mesoregião em relação à Região Sul do Brasil.

### CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

#### Político

- Movimento Cooperativo.
- Presença de Movimentos Sociais Populares: Movimento Sindical Combativo (rural e urbano); CUT; FETRAF; Via Campesina; MST; MAB; MPA; MMTR/MMC...

### CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

#### Político

- Número expressivo de municípios com população inferior a 20.000 habitantes.
- 345 municípios menos 20.000 habitantes (90,7% do total).
- Apenas 02 municípios população superior a 100.000 habitantes (Passo Fundo/RS e Chapecó/SC).

### CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

#### Político

- Geograficamente distante dos centros de decisão política dos estados e da União.
- Trajetória de baixos investimentos estatais e pela ausência de equipamentos públicos essenciais.
- Luta e ação das OSP/Programas e Políticas Públicas: Aposentadoria; Pronaf; Seguro; Habitação; SUS; programas educação (Impactos no desenvolvimento).

### CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

#### Ensino Superior

- Inexistência de Instituições de Ensino Superior Público.
- Forte presença das Universidades Comunitárias.

### CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO IFES



### QUE UNIVERSIDADE QUEREMOS

- Uma Universidade Pública e Popular, com excelência na qualidade de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos na identificação, compreensão, reconstrução e produção de conhecimento para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País, tendo na agricultura familiar e camponesa um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento.

### QUE UNIVERSIDADE QUEREMOS

- Uma universidade para potencializar a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, que tenha como premissa a valorização e o fortalecimento da matriz produtiva existente, com ênfase para:
  - A estrutura de produção agroindustrial, especialmente a agricultura familiar e camponesa, a agroecologia e a diversificação.
  - A capacidade empreendedora e de trabalho cooperativo e solidário.
  - Os setores industriais, como: agroindustrial, metal-mecânico, móveis, confecções, eletroeletrônico e extrativo-mineral.
  - A infra-estrutura: Transporte, energia e comunicações.
  - Os recursos naturais e a diversidade ambiental, com destaque ao Aquífero Guaraní e à Bacia do Rio Uruguai.
  - O potencial turístico.
  - A diversidade cultural.
  - As Políticas Públicas e o setor de serviços.

### QUE UNIVERSIDADE QUEREMOS

- Estrutura Multicampi (descentralizada), abrangendo a Mesorregião e seu entorno.
- Atuação, de forma integrada, na área do ensino, da pesquisa e da extensão.
- Uma universidade com atuação em todas as áreas do conhecimento, e não apenas na Área das Ciências Agrárias.
- Uma universidade democrática, autônoma, que respeite à pluralidade de pensamento e à diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais.

### QUE UNIVERSIDADE QUEREMOS

- Uma Universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade (Ingresso; Estrutura Metodológica; Assistência ao Estudante...).
- Uma universidade que estabeleça forte intercâmbio:
  - Universidades e Instituições científicas, culturais, educacionais e artísticas.
  - Países do Mercosul e da América Latina.
  - Sociedade Organizada, em especial com os Movimentos e Organizações Sociais Populares.

### CRITÉRIOS DE LOCALIZAÇÃO DOS CAMPI

- Regiões com forte presença da agricultura familiar e camponesa, elemento caracterizador, estruturador e dinamizador do desenvolvimento da Mesorregião.
- Regiões com forte presença de Organizações e Movimentos Sociais Populares e do Movimento Pró-Universidade Federal.
- Regiões mais distantes das atuais Universidades Federais da Região Sul.
- Regiões mais carentes de instrumentos públicos federais, especialmente na área da educação.
- Regiões que representem centralidade no contexto geográfico da Mesorregião e que contenham certa infra-estrutura de transporte, comunicação, educação básica, serviços públicos, hotéis.
- Distribuição dos campi entre os estados, considerando o número de municípios e população da Mesorregião e seu entorno.

### NOME DA UNIVERSIDADE

Elementos que caracterizam a Mesorregião e que podem servir de critérios para definição do nome

- Forte presença da Agricultura Familiar e Camponesa, de Micro e Pequenas Empresas urbanas e de iniciativas de Economia Popular Solidária.
- Forte presença de Organizações e Movimentos Sociais Populares.
- Forte presença de imigrantes europeus e remanescentes de indígenas, negros e "caboclos".
- Questão Geográfica (Sul do Brasil; Mesorregião...).

**ANEXO 3 – Cópia da portaria de criação do grupo de trabalho****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR****PORTARIA Nº 948, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007**

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, resolve:

Art.1º Fica instituída a Comissão de Projeto da futura Universidade Federal da Fronteira Sul, integrada pelos professores Dalvan José Reinert, Marcos Laffin, Aírton Fontana, Alexandra Borba da Silva, Altemir Tortelli, Armênio Bello Schmidt, Beatriz Bittencourt Collere Hanff, Carlos Alberto Ceretta, Dom Orlando Dotti, Elemar Cezimbra, Gelson Albuquerque, Helton Scapini, Jaci Poli, João Carlos Denardin, Lúcia Helena Corrêa Lenzi, Luciane Maria Carmenatti, Márcio Alexandre Barbosa Lima, Marcos Aurélio de Souza Brito, Maria Andréia Maciel Nerling, Marlene Stochero, Verônica Cardoso Pessoa de Carvalho e Zeferino Perin, sob a coordenação dos dois primeiros.

Art.2º Compete à Comissão de Projeto: Elaborar, no prazo de 90 (noventa) dias, projeto de organização da instituição, no que se refere a pessoal, instalações e programas de formação de implantação da futura Universidade Federal da Fronteira Sul.

Art.3º A Comissão de Projeto será instalada no Departamento de Desenvolvimento da Educação Superior da Secretaria de Educação Superior - SESu, que proporcionará o necessário apoio institucional.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

## **ANEXO 4 - SEGUNDA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA CRIAÇÃO DA UFFS**

**Local: Universidade Federal de Santa Maria**

**Data: 23 de novembro de 2007**

### **Programação:**

REUNIÃO TÉCNICA – GT DE CRIAÇÃO DA UF DA FRONTEIRA SUL  
Dia 23 de novembro.

Local : Sala Cláudio Mussoi, Prédio 42 - Centro de Ciências Rurais da Univ.Fed. de Santa Maria/RS.

Manhã

9h – Abertura da reunião técnica de instalação do Grupo de Trabalho de Criação da Universidade Federal da Fronteira com a Diretora do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior Maria Ieda Costa Diniz, o reitor da Universidade Federal de Santa Maria, Prof<sup>o</sup>. Clóvis Silva Lima, o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Prof<sup>o</sup> Lúcio José Botelho e os coordenadores do GT - Professores Dalvan José Reinert e Marcos Laffin.

09h30 – Apresentação da metodologia de trabalho e divisão em dois subgrupos :  
Subgrupo I - Definição da área de influência da Universidade Federal da Fronteira Sul;  
Localização da sede e dos campi; Estrutura física e Orçamento.  
Subgrupo II - Desafios institucionais; Áreas de atuação e Cursos iniciais.

10h – Início dos trabalhos dos subgrupos.

10h30 – Intervalo

10h45 – Continuidade do trabalho dos subgrupos

12h – Almoço

Tarde

14h – Retorno das atividades dos subgrupos.

16h – Intervalo

16h15 - Apresentação dos resultados do trabalho dos subgrupos;

17h15 – Plenária – Deliberação do local e data da próxima reunião

17h30 – Encerramento

## Lista de Presença

Reunião realizada no Centro de Ciências Rurais da UFSM para delinear o projeto de criação da Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, em 23/11/2007.

<b>Número</b>	<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>
1.	Kátia Cunha F. de Souza	SESU/MEC
2.	Jaci Poli	ASSESOAR
3.	Paulo R. Wolfart	AMEOSC
4.	Milton José Costa Silva	Sec. Educ/ L.do Sul
5.	Charles Reginatto	MPA/Via Campesina
6.	Juarez da Silva	Movim Pró-Unipopular
7.	José Tadeu Leal Peixoto	Movim Pró-Unipopular
8.	Luciane Maria Carminatti	Movim Pró-Unipopular
9.	Elemar do N. Cezimbra	Via Campesina
10.	Airton Fontana	Prefeituras/SC
11.	Marlene Catarina Stochero	CPERS Movim Pró-Missões
12.	Elton Scapini	Movim Pró-Unipopular
13.	D. Orlando Dotti	Igrejas
14.	Zeferino Perin	Fórum da Mesomercosul
15.	Maria Andréia Maciel Nerling	CPERS Sind/Via Cmpesina
16.	Alexandra Borba da Silva	Juventude Via Campesina
17.	Marcos Laffin	UFSC
18.	Maria Ieda C. Diniz	SESU/MEC
19.	Clóvis Silva Lima	UFSM
20.	Lucio José Botelho	UFSC
21.	Dalvan José Reinert	UFSM
22.	Gelson Luiz de Albuquerque	MCT/FINEP
23.	Marcos Aurelio Souza Brito	MEC/SESU
24.	Beatriz Bitencourt Collere Hanff	UFSC/CED
25.	João Carlos Denardin	UFSM/CCNE
26.	Carlos Alberto Ceretta	UFSM/CCR
27.	Clóvis Clenio Diesel Senger	UFSM/CCR
28.	Márcio Alexandre Barbosa Lima	SESU/MEC

# **Memória da Reunião: Versão produzida pelo MEC**

**Departamento de Desenvolvimento da Educação Superior**

## **REGISTRO DE REUNIÃO**

**Assunto: Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul.**

Aos vinte e três dias do mês de novembro de 2007, reuniram-se na Sala Cláudio Mussoi do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul, o Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Entre os membros, estavam presentes os reitores das Universidades Federais de Santa Maria e Santa Catarina, técnicos do Ministério da Educação, representantes do Movimento Pró-Universidade Federal da Mesorregião, entre outros movimentos específicos. A abertura da reunião técnica de instalação do GT de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul foi realizada pela Diretora do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior Maria Ieda Costa Diniz, o reitor da Universidade Federal de Santa Maria, Profº. Clóvis Silva Lima, o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Profº. Lúcio José Botelho e os coordenadores do GT – Professores Dalvan José Reinert e Marcos Laffin. Os reitores deram as boas vindas a todos os participantes presentes no evento.

Em seguida, a Diretora do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior agradeceu a todos pela vinda, e comunicou a instauração institucional do grupo de trabalho por meio da Portaria nº 948, de 22 de novembro de 2007, na qual o senhor Secretário de Educação Superior, Ronaldo Mota instaura a Comissão de Projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul, integrada pelos professores Dalvan José Reinert, Marcos Laffin, João Carlos Denardin, Carlos Alberto Ceretta, Lúcia Helena Correa Lenzi, Beatriz Bittencourt Collere Hanff, Márcio Alexandre Barboza Lima, Marcos Aurélio Souza Brito, Armênio Bello Schimidt, Verônica Cardozo Pessoa de Carvalho, Gelson Luiz de Albuquerque, Altemir Torelli, Airton Fontana, Elton Scapini, Zeferino Perin, Marlene Catarina Stochero, Dom Orlando Dotti, Maria Andréia Maciel Nerling, Jaci Poli, Alexandra Borba da Silva, Elemar Cezimbra e Luciane Maria Carmenatti, sob a coordenação dos dois primeiros.

Dando continuidade aos trabalhos, o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina fez uma breve apresentação da área na qual atua e sobre os objetivos do encontro deste GT, que tem por finalidade criar a futura Universidade. Os membros presentes também se apresentaram individualmente, uma vez que nem todos os membros presentes participaram da primeira reunião em Brasília no dia 23 de outubro de 2007.

O reitor Clóvis Lima ressaltou sobre a importância da interiorização nos municípios, principalmente no sentido da mobilidade acadêmica. A professora Ieda completou e agradeceu sobre a parceria essencial entre o Ministério da Educação e as Universidades de Santa Maria e Santa Catarina neste processo de criação da nova universidade. A seguir foram dadas as orientações gerais acerca da programação do encontro. A proposta do Prof. Dalvan foi que houvesse a divisão dos dois subgrupos, uma vez que o Subgrupo I trataria da definição da área de influência da Universidade Federal da Fronteira Sul; Localização da sede e dos campi; Estrutura física e Orçamento e o Subgrupo II explanaria acerca dos desafios institucionais, áreas de atuação e dos cursos iniciais.

O professor Lúcio (UFSC) recordou questões tratadas na primeira reunião em Brasília, apesar de não estar presente na ocasião, na qual se definiu a implantação da reitoria da futura universidade na região oeste de Santa Catarina, um campus ao Norte do Rio Grande do Sul e outro no Sudoeste do Paraná, sendo que todos os estudos indicam preferencialmente o município de Chapecó como sede da reitoria, aliado ao fato de que o Estado de Santa Catarina possui apenas uma universidade federal. O representante do Movimento Pró-Universidade Federal discursou sobre a forte tendência do Movimento existente no Sul do País, ressaltando fatores determinantes como o baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e a linha de pobreza existente nos diversos municípios e suas adjacências.

O Prof<sup>o</sup> Elton Scapini que integra a Comissão de Projetos fez o resgate do processo e do início de forma desarticulada entre os Estados para a criação de uma universidade que atendesse a Mesorregião, do qual fizeram parte vários comitês municipais, regionais e estaduais, audiências públicas regionais com a participação do MEC, realização de atos públicos em todas as regiões do País nos anos de 2005 e 2006, discussões acerca da demanda e da importância de uma universidade pública no sudoeste paranaense. Após algumas audiências realizadas junto ao MEC, foi solicitado pelo Ministro da Educação a instauração de um grupo de trabalho composto por 11 pessoas, as quais manteriam contatos frequentes junto ao órgão. Deste GT participam membros dos municípios formados pela mesorregião, entre eles prefeitos, vereadores, líderes sindicais e de movimentos específicos.

Inicialmente a proposta do grupo foi de que houvesse a criação de sete campi universitários, incluindo a Região das Missões com grande abrangência. Lembrou que o presidente da República por várias vezes falou sobre a criação e expansão desta universidade em municípios abaixo da média dos outros da região Sul. Elton Scapini reforçou algumas questões sobre a demanda de um número maior de campi, cujo teor encontra-se em ofício encaminhado ao ministro, Fernando Haddad. Em 3 de dezembro, o movimento pretende discutir a localização

durante um encontro com toda a organização do grupo, uma vez que se pode avançar nesta questão mesmo sem ter condições de decisão na reunião de hoje. No entanto, a Agricultura familiar e camponesa continua sendo o foco, necessitando de tempo extra para decidir, pois a análise da região é muito complexa, por isso a necessidade de outros esclarecimentos com outras características mais abrangentes. Houve discussões sobre as demandas que tinham de ser decididas hoje, tais como: fatores de desenvolvimento regional, o IDH das regiões em questão, trabalho e renda, definição do local onde a universidade começará a ser desenhada, base de agricultura familiar, saúde; como se dará o desenvolvimento das licenciaturas, que é um dos objetivos principais do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, potencial das cidades para a distribuição de vagas públicas democraticamente. Segundo Marcos Laffin, a universidade inicialmente está desenhada para a implementação de três campi, e que futuramente nada impedirá sua expansão para um número maior. Em seguida, um dos representantes do Movimento declarou que a expectativa do movimento não poderia ser frustrada, uma vez que não há a possibilidade de definição de três campi, sendo que seus estudos priorizam a necessidade de sete campi, pois o movimento é unificado, ratificando a impossibilidade de definição nesta data.

O reitor da UFSC afirmou que o estado de Santa Catarina é o lugar onde há o menor número de vagas para o ensino superior, havendo uma enorme demanda para atender aos seus diversos municípios, ressaltando que nunca na história do Brasil houve um Plano de Desenvolvimento da Educação como há hoje; Segundo o senhor Zeferino há questões que tem plenas condições de serem definidas, seis questões consensuais de ambas as pautas, que são: 1. (territorialidade – universidade para a Mesoregião Grande fronteira do Mercosul e seu entorno; três estados cooperando para a realização de um projeto que sozinhos não suportariam; 2. havendo a idéia da territorialidade definida teriam condições plenas de montar toda a estrutura da universidade; 3. diretrizes gerais da universidade, que serviriam de orientação para os outros passos de implantação da universidade; 4. ajustes e critérios para a localização dos campi; 5. Acordo com relação a sede da universidade, pois não há restrições dentro do movimento acerca desta questão; 6. critérios para a definição dos cursos, os quais se encontram bastante trabalhados.

Em seguida, o senhor Gelson Albuquerque falou sobre o PPA até 2008 - 2011, o qual já se encontra fechado, havendo a necessidade de conhecer profundamente as questões orçamentárias para que seja levada em consideração a possibilidade de abertura de maior número de campi. Considerando-se a consolidação da economia brasileira em 2010/2011 e de que 14 cursos é uma quantidade razoável para começar a universidade.

O reitor da UFSM, Prof<sup>o</sup> Clóvis Lima agradeceu ao convite feito pela SESU, para que a universidade auxiliasse na implantação, mas que alguns princípios básicos já deveriam estar traçados, tais como a parte técnica da instituição, pois a expansão é um processo contínuo e, principalmente no que diz respeito aos desafios que emperram o avanço do processo, citou como um deles a tendência às questões políticas. Essa nova universidade deve nascer desprovida dos mesmos erros existentes nas outras, para que facilite o deslocamento de seus usuários e atenda a todas as expectativas.

Maria Ieda Costa Diniz ratificou o perfil da nova instituição de ensino superior federal, que atenderá o Norte gaúcho, Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná, 10 mil alunos inicialmente e 30 cursos aproximadamente. Mas, lembrou que a definição dos campi tão logo possível é vital; divulgou a minuta de Projeto de Lei e Exposição de Motivos como material provocativo para o desenvolvimento dos trabalhos do grupo.

No início do período vespertino, foi feita uma amostra do blog do Grupo de Trabalho de Criação da Universidade Fronteira Sul, desenvolvido por Marcos Aurélio de Souza Brito, membro da Comissão de implantação, representante do MEC, esclarecendo as partes que compõem a página virtual, cujo objetivo é criar um canal de comunicação e discussão dos membros do GT. Os links constantes do blog são, o endereço eletrônico do Portal do MEC, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Santa Catarina, FETRAF Sul, Movimento Pró-Universidade, o mapa da Mesorregião e os demais documentos elaborados durante os encontros da Comissão. O endereço do blog é <http://gtunivfedfronteirasul.blogspot.com/>.

Encerrada a apresentação do blog, Elton Scapini explicou sobre os critérios de localização dos campi elaborados pelo movimento, entre eles a distribuição dos campi entre os estados, considerando o número de municípios e população da mesorregião e seu entorno; forte presença de agricultura familiar e camponesa como elemento estruturador e dinamizador do desenvolvimento da mesorregião; forte presença de organizações e movimentos sociais populares; regiões mais distantes das atuais universidades federais da região sul; regiões mais carentes de instrumentos públicos federais, especialmente na área de educação; regiões que representem centralidade no contexto geográfico da mesorregião e que contenham certa infraestrutura de transporte, comunicação, educação básica, serviços públicos, hotéis etc.

O grupo também definiu dois novos critérios para a localização dos campi: que esteja localizado nas regiões de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e que para isto, dados oficiais devem ser utilizados como parâmetros para a definição da localização e que não concorram entre si e onde há a maior demanda por matrículas, levando em conta o número de

alunos que concluem o ensino médio na região, ambos indicadores sugeridos por proposta de Gelson Luiz de Albuquerque e apoiada por Dalvan Reinert. Houve consenso também no sentido de que a nova universidade terá características pioneiras, entre elas, a gestão compartilhada com a comunidade, maior inserção social, ampliação de limites geográficos e alterações na estrutura curricular. A Diretora do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior, relatou que o MEC vem adotando estes princípios na Universidade Federal do ABC – UFABC, no Estado de São Paulo. Também foram pautadas as áreas de atuação, sendo que o currículo será diferenciado para cada um dos 30 cursos que pretendem ser implementados, ou se haverá um bacharelado interdisciplinar a depois a separação por área do conhecimento.

Elton Scapini continuou sua apresentação acerca das diretrizes de orientação para as possíveis áreas de conhecimento implantadas, sua estrutura de produção agroindustrial, a capacidade empreendedora de trabalho cooperativo e solidário, movimentos de cooperativismo potencializado, os interesses da região e do país que são a questão do potencial turístico e a diversidade cultural.

Um exemplo bastante comentado foi a criação da UFABC, cuja proposta são as áreas comuns dos bacharelados e em seguida os alunos seguem para as áreas específicas com um modelo pedagógico diferenciado. Finalizando os debates, um dos membros da comissão e representante do MEC prestou alguns esclarecimentos sobre o REUNI e propôs que no próximo encontro as Universidades Federais do ABC e a Universidade Federal de Alagoas fossem convidadas para apresentar a todo o GT seus modelos pedagógicos.

O Grupo de Trabalho formado por técnicos do MEC e do movimento participarão de outra reunião no dia 13 de dezembro de 2007, na Universidade Federal de Santa Catarina para dar continuidade à elaboração do projeto da instituição e devem finalizar a proposta até o mês de janeiro.

## **Memória da Reunião: Versão produzida pela UFSM**

### **Memória da reunião técnica de instalação do Grupo de Trabalho de Criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, em 23/11/2007.**

Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e sete, reuniram-se na sala Cláudio Mussóli do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria, RS, as seguintes pessoas;

Kátia Cunha F. de Souza, Jaci Poli, Paulo R. Wolfart, Milton José Costa Silva, Charles Reginatto, Juarez da Silva, José Tadeu Leal Peixoto, Luciane Maria Carminatti, Elemar do N. Cezimbra, Airton Fontana, Marlene Catarina Stochero, Elton Scapini, D. Orlando Dotti, Zeferino Perin, Maria Andréia Maciel Nerling Alexandra Borba da Silva, Marcos Laffin, Maria Ieda C. Diniz, Clóvis Silva Lima, Lucio José Botelho, Dalvan José Reinert, Gelson Luiz de Albuquerque, Marcos Aurelio Souza Brito, Beatriz Bitencourt Collere Hanff, João Carlos Denardin, Carlos Alberto Ceretta, Clóvis Clenio Diesel Senger e Márcio Alexandre Barbosa Lima, conforme lista de assinaturas em anexo, com o objetivo de instalar o Grupo de Trabalho de Criação da Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, além de dar início às discussões sobre a estruturação da futura Universidade. A reunião teve início às 9:50 minutos com as boas vindas do prof. Dalvan aos presentes, passando a palavra ao magnífico reitor da UFSM Clóvis Silva Lima, que desejou boas vindas a todos e salientou a vocação expansionista da UFSM, citando a UFRR, o CESNORS e a UNIPAMPA, cujos processos de criação contaram com a ativa participação da UFSM. Passou a palavra para a prof<sup>a</sup> Ieda que fez a leitura da Portaria n<sup>o</sup> 948 MEC/SESU de 22 de novembro de 2007, que institui a Comissão de Projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul e passou a palavra ao prof Dalvan que salientou os prazos definidos para a realização desse trabalho e lembrou a idéia colocada pelo prof. Ronaldo Mota na reunião anterior sobre um possível prazo de um ano para a realização do primeiro vestibular da futura Universidade. A seguir passou a palavra ao prof. Marcos que discorreu brevemente sobre a importância da criação da nova Instituição e deu boas-vindas à todos. A seguir procedeu-se a apresentação individual de todos os presentes à reunião. Ao final das apresentações o magnífico reitor da UFSC Lucio José Botelho, fez explanação sobre a oferta de vagas de vestibular em Santa Catarina e criticou a proliferação de Instituições de Ensino Superior particulares no país, as quais funcionam como caça-níqueis e não oferecem ensino de qualidade. O prof. Clóvis Lima salientou que o crescimento sustentável do país passa pela expansão do ensino superior público e citou o exemplo da UNIPAMPA, onde é possível constatar a alegria dos jovens que hoje tem acesso àquela Instituição, e que isto por si só já justifica a expansão deste Sistema. A prof<sup>a</sup> Ieda salientou a importância da participação do Sistema Federal de Ensino Superior, através das IFES envolvidas no processo de expansão desde 2003. Prof Dalvan falou sobre a programação do dia de trabalho, sugerindo que o foco das discussões no período da manhã se dê sobre os possíveis locais de instalação dos campi, propondo chegar a uma definição. O prof. Lúcio enfatizou que o grupo deve começar a trabalhar pelos pontos convergentes e que a nova Instituição deverá se desenhar como multi-campi (Oeste de SC, Sudoeste do PR e Noroeste RS). O prof Dalvan sugeriu que a tarde poderia se avançar na

discussão de locais e áreas de conhecimento, sem, no entanto definir cursos. O prof. Lúcio apresentou um estudo que caracteriza a Mesorregião oeste e que em seu artigo terceiro coloca a criação da nova Universidade. Colocou a possibilidade de distribuir o documento na forma eletrônica o qual poderia servir de pano de fundo para a criação da nova Instituição de Ensino, sendo que o referido estudo projeta a criação de cinco campi (dois no RS, dois em SC e um no PR). A seguir o sr. Elemar argumentou que as afinidades existentes nos municípios do entorno extrapolam a própria Mesorregião estudada. Falou sobre a criação do grupo de onze entidades, o qual surgiu da necessidade da existência de apenas um interlocutor junto aos ministérios, tendo sido acertado que a FETRAF e a Via Campesina puxariam o movimento como representantes dos grupos sociais envolvidos. Falou ainda sobre a grande expectativa sobre o assunto na região especialmente sobre os locais que serão escolhidos para receber a nova Universidade. Ele concordou com os três campi iniciais, porém colocou que o grupo está politicamente pressionado pela comunidade no sentido de ampliar o número de campi, se possível para sete. Reforçou que o elemento central a ser ressaltado é a conquista da nova Instituição, a qual está desenhada para ter inicialmente três campi, porém reiterou a possibilidade da ampliação por conta da expectativa regional. A seguir o sr. Elton reforçou a questão e citou como exemplo a UNIPAMPA, que possui dez campi em uma região similar e que as discussões podem avançar no delineamento da Instituição independente da definição da localização, a qual poderia ser discutida no próximo dia três de dezembro, quando haverá uma reunião com as bases das entidades sociais envolvidas. Entende que a nova Instituição de Ensino Superior deve atuar em todas as áreas de conhecimento, porém deve ter o foco na agricultura familiar. Chamou a atenção ainda para o fato de que o projeto da UFSC deve servir de subsídio e não como base para a criação da nova Universidade, uma vez que existem diferenças de visões sobre o foco das ações que o projeto apresenta. O sr. Marcos afirmou que esta é uma reunião de um Grupo de Trabalho, e como tal precisa avançar nas decisões. Argumentou que a Instituição deve ter princípios básicos que irão nortear a sua criação e entende que os potenciais locais já devam ser definidos, para que as ações possam ser efetivamente implementadas. Ressaltou ainda a necessidade de definições especialmente no que se refere às áreas temáticas nas quais a futura Instituição irá atuar. Fazendo uso da palavra o sr. Jaci manifestou sua preocupação sobre a necessidade de definições de locais ainda nesta reunião. Disse que a redução para a criação de apenas três campi provoca a necessidade de um novo debate com as bases dos movimentos e que existe a possibilidade desse debate acontecer no próximo dia três de dezembro. Salientou que a decisão sobre locais ainda nesta reunião poderia levar à rupturas e à perda de confiança do movimento em relação ao grupo. Argumentou ainda que se deva levar em consideração que os Arranjos Produtivos Locais trazem

sempre consigo a idéia de especialização e que a agricultura familiar é uma atividade extremamente diversificada. O prof. Lucio salientou que o projeto apresentado por ele no início da reunião não é um documento da UFSC, e sim de um grupo maior instituído por portaria para este fim. Salientou que SC possui uma grande disponibilidade de vagas no ensino médio e uma pequena oferta de vagas no ensino superior. Chamou a atenção para o fato de que o Brasil nunca teve um plano sistêmico de avanço da educação superior e, portanto o momento deve ser eficientemente aproveitado. É de opinião de que os locais devem ser definidos, sendo que a partir daí seja discutido com os movimentos sociais a vocação da nova Instituição. Ressaltou que o projeto da nova IFES foi desenterrado a partir de uma reunião da Via Campesina e dos movimentos sociais com o presidente Lula. A seguir o sr. Zeferino delineou seis questões consideradas por ele como essenciais: 1) Territorialidade – É consenso de que a nova IFES deve ser uma Universidade para a grande Mesorregião Fronteira Sul, e que essa idéia facilita a justificativa para a criação da mesma. 2) Cooperação – Salientou a importância da união dos três estados por um objetivo comum. 3) Sobre as diretrizes gerais da nova Universidade, disse que já há um importante acúmulo de subsídios sobre essa questão. 4) Sobre os critérios para definição da localização dos campi, acredita que estamos próximos de definir os critérios de consenso. 5) Sobre a localização da sede da futura Universidade, disse que não vê restrições para que a mesma seja localizada em Chapecó/SC e 6) Os critérios para definição dos cursos que serão oferecidos também já foram bastante trabalhados. Dando seguimento às discussões o sr. Gelson colocou como desafios do grupo; 1) fazer o processo ser efetivado como lei e 2) a implantação propriamente dita da Instituição. Direcionou a discussão para o número de campi a serem criados, argumentando que a ampliação, além dos três estabelecidos, só poderá acontecer se os recursos forem tirados de outro lugar, uma vez que o PPA está praticamente fechado até 2011. Disse que o orçamento está definido e que a ampliação do número de campi pode significar a diminuição do número de vagas ofertadas. O sr. José Peixoto disse estar aliviado com a fala do sr. Zeferino sobre a possibilidade de avançar e definir algumas coisas nesta reunião e elencar aquilo que pode ser definido hoje. A sra. Luciane observou que poderíamos discutir e avançar no debate sobre diretrizes de acesso e de gestão do modelo desta Universidade, porém tem dúvidas quanto a definição dos locais dos futuros campi nesta reunião. O sr. Airton Fontana frisou que por maior que seja a conquista da nova Universidade, são bastante conhecidas as elevadas necessidades da mesorregião, e que por isso devemos trabalhar na perspectiva do aumento não só de cursos mas também de novos campi, enfatizando que todas as entidades envolvidas deverão acompanhar ao longo de todo o período, o processo de criação da IFES. O prof Clóvis Lima chamou a atenção para o fato de que, em seu entendimento, a discussão parece que está

acontecendo mais no fórum político em detrimento das questões técnicas. Entende que algumas questões como o número de campi já deveria ter sido definido, sendo que o grupo deveria focar mais a discussão no aspecto técnico, uma vez que os prazos são exíguos, afirmando que temos uma Comissão de Projeto que não pode fugir da questão técnica. Citou o exemplo recente da criação do CESNORS (Centro de Educação Superior Norte do Rio Grande do Sul) pela UFSM, o qual possui cursos de Engenharia Florestal e Agronomia em Frederico Westfalen e Zootecnia em Palmeira das Missões. Isso obrigou a criação em duplicidade de laboratórios, salas, contratação de servidores, etc., na área das ciências rurais em dois municípios distantes 60 km entre si em função da intransigência política. Dom Orlando disse que o grupo de entidades que acompanha o processo aprecia o trabalho do MEC, UFSM e UFSC salientando que o grupo quer trabalhar conjuntamente com as três Instituições. Colocou ainda que os grupos são politicamente pressionados pelas bases, apesar de conhecer as limitações no MEC, Conselho Federal de Educação, etc. e salientou que é fundamental a existência de um planejamento estratégico para o futuro. A prof<sup>a</sup> Ieda lembrou que existe definição de limites em relação ao número de campi, que são três, os quais deverão abrigar, após sua plena instalação, aproximadamente dez mil alunos distribuídos em trinta cursos, reforçando a necessidade de definição dos campi. Aproveitou para informar que fará circular entre os presentes uma minuta de projeto de lei no qual o 1<sup>o</sup>. artigo já define os locais da nova IFES, sugerindo que na exposição de motivos para a criação da nova Universidade poderá ser colocada a necessidade da futura ampliação da Instituição. O prof. Dalvan sugeriu que a definição dos locais poderia ser remetida ao dia 03/12, uma vez que a data está próxima, entendendo que a ampliação poderia se dar após a plena implementação da nova Instituição. O sr. Elemar salientou a necessidade de informações claras em relação as limitações para que se possa avançar nas discussões e argumentou que é preciso trabalhar os critérios de localização, sendo que em relação à sede da nova IFES parece existir consenso por SC. Finalizou dizendo que se no momento não é possível avançar em termos do número de campi, devemos trabalhar com o que se tem, o que não irá impedir que as entidades sociais continuem pressionando as autoridades no sentido da ampliação da Instituição. O prof. Lucio afirmou que precisamos nos dar conta de que pela primeira vez a educação passou a ser pauta no país e salientou a maturidade do grupo para discutir essas questões. Disse que se temos que começar com três campi, devemos começar unidos e em um segundo momento pode-se avançar na discussão da ampliação. Afirmou que foi vice-reitor da UFSC no governo Fernando Henrique Cardoso e nunca conseguiu falar com o Ministro da Educação, aproveitando para parabenizar o atual Ministério, na pessoa da prof<sup>a</sup>. Ieda pela abertura e possibilidade de discutir esses assuntos. O prof. Dalvan colocou que a definição dos locais da nova IFES deveria se dar até os dias 3 ou

4/12 próximos, remetendo a análise e discussão do PL para o período da tarde. A prof<sup>a</sup>. Ieda defendeu a necessidade de afunilar a discussão dos critérios para localização, a fim de que na próxima reunião já se possa ter essa definição. O sr. Gelson observou que tem sido colocada a existência de estudos e documentos, porém disse que não tem conhecimento dos mesmos e sim apenas o que está no blog. Foi salientado pelos interlocutores do Movimento que esse é o documento básico. Nesse momento foram encerrados os trabalhos da manhã, fazendo-se uma pausa para o almoço. Os trabalhos foram reiniciados à tarde com a proposta de uma nova reunião do grupo no dia 13/12 próximo à convite do prof. Lucio em Florianópolis, a qual foi acatada por todos. A seguir foi feita a apresentação do blog do Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal Fronteira Sul, sendo informado pelo sr. Marcos que no blog tudo o que é postado é público, porém os comentários somente poderão ser lidos pelas pessoas que tiverem acesso após cadastramento. Dando seqüência o sr. Elton apresentou os critérios elencados para serem considerados na definição dos campi, os quais são descritos resumidamente a seguir: 1) Regiões com forte presença de agricultura familiar e camponesa. 2) Regiões com forte presença de organizações e movimentos sociais populares e do Movimento Pró Universidade. 3) Regiões mais distantes das IFES do Sul do país. 4) Regiões mais carentes de instrumentos públicos federais, especialmente na área da educação. 5) Regiões que representem centralidade no contexto geográfico da mesorregião e 6) Distribuição dos campi entre os estados, considerando o número de municípios, população da mesorregião e do seu entorno. O sr. Jaci deixou claro que existe uma confrontação dos processos de produção definidos pelos movimentos sociais, baseados na agricultura familiar e o chamado agronegócio que se utiliza demasiadamente de produtos químicos e agrotóxicos, o que deve ser levado em consideração neste processo. O sr. Gelson sugeriu incluir como critério a existência de uma expressiva população no entorno da cidade, as quais tem sua origem no campo e que ao longo dos anos foi sendo expulsa do mesmo. Além deste, sugeriu incluir como critério o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e número de concluintes do ensino médio. O prof. Ceretta chamou a atenção para o fato de que todo o Grupo de Trabalho deverá ter bem claro os critérios que nortearam a escolha dos locais, para que no futuro isso possa ser facilmente colocado para a população interessada no assunto. O sr. Elton considera que a população e o IDH devam ser também considerados. A prof<sup>a</sup>. Ieda sugeriu acrescentar como terceiro item o IDH, a demanda potencial definida pelo número de concluintes no ensino médio e a população a fim de fazer circular estes critérios entre os componentes do grupo. O prof Lucio reforçou que a criação dos três campi deve ser encaminhada de forma que os mesmos não possam competir entre si e que devem ser usados critérios pontuais. O sr. Airton propôs afunilar os critérios para que se possa avançar nas discussões, enquanto que o sr. Jaci

ênfatiçou as prioridades colocadas pelos movimentos sociais representadas pelos dois primeiros critérios. O prof. Lucio espera que não se perca a grande oportunidade de criação da primeira Universidade Pública no Brasil a partir da reivindicação dos movimentos sociais, o que poderá no futuro representar um marco importante na história da educação do país. O prof. Ceretta salientou que está colocado um desafio ao grupo no sentido de definir como se poderá colocar em prática o delineamento das características da nova Universidade uma vez que hoje os concursos são públicos e os professores contratados têm total liberdade para definir que prioridades darão ao seu trabalho. O prof. Marcos disse que a observação feita pelo prof. Ceretta é muito pertinente e afirmou que ao definir as áreas é preciso definir um projeto político-pedagógico para a nova Instituição. O prof. Dalvan argumentou que nesse primeiro momento não há a necessidade de definir o projeto político-pedagógico e que isso se dará em uma segunda etapa, após a definição do projeto de lei de criação da Instituição. O sr. Gelson informou que as diretrizes curriculares dentro das diversas áreas à nível nacional estão prontas. A partir delas deverá ser feita a operacionalização do processo, favorecendo o debate que foi construído no âmbito das diversas áreas, ao longo dos anos. O prof. Marcio destacou que todos sabemos como o processo começa, porém não se sabe onde termina, uma vez que a IFES, uma vez criada, terá autonomia para traçar seu destino. A prof<sup>a</sup>. Beatriz sugeriu que na reunião de hoje se definam apenas as grandes áreas de atuação, deixando a definição dos cursos para a próxima reunião. A seguir o sr. Marcio apresentou dados das IFES criadas e os objetivos e as diretrizes do REUNI. A prof<sup>a</sup>. Ieda frisou que a nova IFES já deverá ser estruturada de forma a evitar que ocorram os tradicionais problemas de ociosidade de vagas, etc. nas IFES já existentes. Disse que a nova Universidade pode ser estruturada de forma à que uma parte do curso seja feito em um campus e o final em outro. Foi colocado como exemplo a recém-criada Universidade do ABC, que permite a flexibilização da oferta de cursos. O modelo da UFABC foi discutido entre os presentes, o qual apresenta a possibilidade da formação do estudante em um bacharelado básico de três anos, sendo que a definição dos estudantes pelas áreas específicas se daria ao longo desses três anos e a complementação seria oferecida pelos demais campi por mais dois anos. O prof. Dalvan encaminhou o final da reunião e solicitou que o sr. Marcio distribuísse o esqueleto desse modelo antes do dia 13/12 próximo. A prof<sup>a</sup>. Ieda agradeceu a todos, afirmou que foi dado mais um passo e que houve um amadurecimento nas discussões. Concluiu revelando que está com enorme expectativa em relação a concretização desse processo, colocando-se à disposição, esperando que no dia treze sejam tomadas novas e importantes decisões. O prof. Dalvan agradeceu mais uma vez a presença, e desejando um bom retorno a todos deu por encerrada a reunião.

## **ANEXO 5 - TERCEIRA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA CRIAÇÃO DA UFFS - Versão produzida pelo MEC**

**Local: Universidade Federal de Santa Catarina**

**Data: 13 de dezembro de 2007**

### **Programação**

Local: Sala dos Conselhos – Prédio da Reitoria – Universidade Federal de Santa Catarina

Horário: 9 horas

- (1) Informe das Representações e indicação dos municípios;
- (2) Definição das áreas de conhecimentos e indicação de cursos;
  - (2.1) discussão prévia de Santa Maria;
  - (2.2) definição dos municípios que receberão os campi da Universidade e áreas de conhecimentos;
  - (2.3) definição do município – Sede da reitoria da Universidade; parcerias - Estado / Municípios;
  - (2.4) Sede - 6 cursos; campi 1 - 4 cursos; campi 2 - 4 cursos; (inicial 14 cursos; final 30 cursos);
  - (2.5) Diretrizes para criação de cursos
    - (2.5.1) Organização Pedagógica - tempo e espaço.
- (3) Elaboração do Projeto de criação da Universidade Federal Fronteira Sul
  - (3.1) itens do Projeto
  - (3.2) responsabilidades
  - (3.3) cronograma



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**REGISTRO DE REUNIÃO**

**Assunto: Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul.**

Aos treze dias do mês de dezembro de 2007, reuniram-se na Sala dos Conselhos, Prédio da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina na Cidade de Florianópolis, o Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Entre os membros, estavam presentes técnicos do Ministério da Educação, representantes dos Movimentos em Pró-Universidade, entre outros movimentos específicos.

Em seguida, o Prof. Laffin agradeceu a todos pela vinda, e começou a falar sobre a portaria que instituiu a Comissão e da Pauta a ser seguida durante a reunião pelo Grupo de Trabalho de Criação da futura Universidade Federal.

Dando continuidade aos trabalhos, o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina deu boas vindas às pessoas presentes e começou a falar sobre o objetivo da análise do projeto de lei, que se deveria definir o artigo 1º e onde seria a sede e os outros campi. Em seguida disse que se devia inspirar na Universidade Federal do Estado de Minas Gerais que primeiro levam e depois discutem. Falou da luta histórica para se conseguir levar uma instituição para região. Disse também da necessidade de ampliação da oferta de vagas publicas nas universidades. Em seguida disse que iria se ausentar da reunião para participar de uma vídeo conferência, agradeceu a todos os presentes e reiterou que seria um dia iluminado.

O professor Almir Tortelli frisou a importância do processo de unificar em um único movimento no Sul, pois se colocado separadamente todos sairiam derrotados. Frisou a importância das contribuições das várias frentes de trabalho, como as pastorais, igrejas e outras. Lembrou a reunião em Erechim, quando foi definida a composição dos membros do grupo de trabalho e a geografia dos campi a serem criados pela nova universidade. Também falou que na reunião de Santa Maria havia a expectativa de iniciar a nova universidade com 7 (sete) campi, mas que compreendia a criação com 4 (quatro) campi para a implantação da universidade da fronteira sul. Disse ainda que dependia muito da unidade do movimento para a definição dos campi.

Em seguida, o representante do Ministério da Educação Marcos Aurélio de Brito justificou a ausência da Diretora do Departamento de Desenvolvimento da Educação Superior a Senhora Maria Ieda, dizendo que o motivo seria o encerramento financeiro e os repasses de recursos. Comentou que o Secretario de Educação ressaltou que fossem considerados os moldes do REUNI e que fosse destinado 40% para a Licenciatura, ratificando a fala do Ministro da Educação Fernando Haddad. Comentou a possibilidade de promover alguns seminários, trazendo como paradigma a UFABC, UNIVASF e outras. Da mesma forma, lembrou da importância de se fazer visitas técnicas nestas universidades para conhecer os projetos pedagógicos. Disse ainda, que o processo de criação deve cumprir o rito seguido pelas outras universidades já criadas.

A Comitiva de Passo Fundo pediu um momento para falar, apresentou os integrantes e colocou à disposição para que seja implantado um campus na região. Repassou

documentos (em papel que ficou em posse do MEC) reivindicatórios de que Passo Fundo seja uma das cidades abrangidas pela nova universidade. Destacou a infra-estrutura da cidade e ressaltaram que Passo Fundo está desprovido de ensino público superior.

O professor Dalvan frisou a importância do prazo para a definição do Projeto de lei e o arrazoado. Ainda comentou a questão da implantação dos 4 (quatro) campi e que se for realmente criada com quatro campi, seria necessária uma reengenharia para a implantação do projeto.

O professor Marcos Laffin ressaltou que o nos une é a vontade de fazermos um mundo melhor e que a expansão da Educação se faz necessária, pleiteando um espaço público. Comentou ainda, os processos de descontinuidade da expansão do ensino público nos governos passados. Disse ainda, que é possível fazer um indicativo da pauta dos municípios que irão compor e poderá ter possibilidade futura de ampliação. Neste mesmo momento disse também que não desconsidera os condicionantes socioeconômicos e que o MEC não apoiará projetos que não tenha um estudo de viabilidade. Frisou o prazo de apresentação do projeto ao MEC e que seja adequado aos ditames das leis vigentes, ou seja, os instrumentos legais da sociedade brasileira com a construção de uma universidade voltada mais para as classes menos favorecidas.

Em seguida, o Grupo de trabalho pede para que as pessoas que não fazem parte da comissão se retirem da sala para dar continuidade aos trabalhos. O professor Gelson manifestou dizendo que não houve o repasse dos documentos a todos e que faltou a socialização da organização.

O professor Marcos Laffin fez considerações dizendo que o Presidente da República tinha definido com sendo três campi e que também seria a posição do Ministério da Educação com possibilidade de expansão futura. Contudo, ressaltou que o Secretário de Educação Superior disse que há uma possibilidade para que a universidade seja criada inicialmente a partir de 4 (quatro) campi e que os recursos já estão estipulados no PPA no valor de 194 milhões.

O Prof. Gelson questionou a liberação de emendas parlamentares e de bancadas, dizendo que o Ministério do Planejamento normalmente contingência os mesmos, o que dificulta a continuidade dos projetos de implantação, mesmo estes, estando contemplado no Plano PluriAnual (PPA). Questionou que, algumas opções de locação de cidades como campi de IFES não tem seguido critérios técnicos, a exemplo do IDH, número de concluintes de ensino médio na região e população carente e localizada em bolsões de miséria no entorno das cidades. Disse ainda que a UNIPAMPA, pode ser um exemplo com relação a isto, que em algumas cidades, haja visto, inclusive a sobra de vagas desde o primeiro vestibular, pois existiu, de certo modo a quebra de uma estruturação geopolítica e de indicadores técnicos precisos. O Prof. Almir Tortelli rebateu dizendo que houve sim critério de escolha e houve um amplo estudo para a escolha das cidades.

O Prof. Gelson passou a apresentar planilhas, com dados de colocação dos municípios, do IDH de Laranjeiras, Francisco Beltrão e Rio Bonito no Estado do Paraná, para que se decida onde será contemplado o campus. Em seguida passou a ler documentos apresentados à comissão de Cantuquiriguaçu apresentando a justificativa e infra-estrutura (Conselho de Desenvolvimento Territorial da Cantuquiriguaçu – CONDETEC, conforme documento). Fez uma abordagem dizendo que há matrícula de nível superior em Laranjeiras, contrariando os dados dos documentos apresentados. Também foi feita leitura do Documento apresentado pelo movimento de Francisco Beltrão, defendendo a instalação do campus, a infra-estrutura, justificativa, história da região e já como indicativo à expansão na cidade de Realeza.

A seguir foi feito debate para a definição da instalação do campus pelos componentes do grupo de trabalho. A maioria tem uma idéia de que a região da Cantuquiriguaçu tem maiores condições de ser a região contemplada com o campus a ser definido na cidade de Laranjeiras e Rio Bonito, sendo que o critério de maior relevância foi a localização geográfica,

como a centralizada geografia na Mesoregião. Ficando definido Laranjeiras do Sul como cidade a ser contemplada com um campus.

O senhor Almir Tortelli, fez uma proposta ao grupo de trabalho que sejam encaminhados documentos definindo que a região de Francisco Beltrão entraria numa segunda etapa de expansão da universidade.

O representante do Ministério da Educação, o senhor Marcos Aurélio disse que a comissão instituída pela portaria nº 948 tem o poder de decisão e que a fala do Ministro da Educação seria no mesmo sentido.

Em seguida o Prof. Elton Scapini fez uma apresentação com slides demonstrando as áreas e estrutura curricular, dizendo que não poderia iniciar na estrutura curricular tradicional, devendo utilizar os elementos fundamentais da proposta para uma nova Universidade e abordou também as áreas de atuação e as prioridades nos cursos de Ciências agrônômicas e veterinária, humanas, médicas e da saúde, engenharia e computação e ciências socialmente aplicáveis.

O Prof. Marcos Laffin abordou dizendo que a universidade deveria ser mais flexível e com maior aproveitamento dos recursos disponíveis. Ficaram definidas as cidades de Chapecó, Erechim e Laranjeiras do Sul. Foi levantada a questão do nome da instituição e sugerido o nome de Universidade Federal da Mesomercosul – UFMM, mas não foi aceito. Diante do impasse, ficou definindo como Universidade Federal da Fronteira Sul –UFFS. O Grupo de Trabalho formado por técnicos do MEC e do movimento participarão de outra reunião que será informada com disponibilidade de tempo, para acontecer no final de janeiro de 2008 ou na 1º quinzena de fevereiro, na Universidade Federal de Santa Catarina para dar continuidade à elaboração do projeto da instituição e definição dos cursos.

## ANEXO 6 – Apresentação de subsídios do Movimento



**MOVIMENTO PRO-  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
PARA A MESORREGIÃO  
GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL**

**PROPOSIÇÃO APRESENTADA NA  
COMISSÃO DE PROJETO**

Data: 13/12/2007  
Local: UFSC

1



**SOBRE A SEDE E OS CAMPI**  
Critérios de Localização

- Regiões com forte presença da agricultura familiar e camponesa, elemento caracterizador, estruturador e dinamizador do desenvolvimento da Mesorregião.
- Regiões com forte presença de Organizações e Movimentos Sociais Populares e do Movimento Pró-Universidade Federal.
- Regiões com maior número de alunos no Ensino Médio.
- Regiões com IDH mais baixo.

2



**SOBRE A SEDE E OS CAMPI**  
Critérios de Localização

- Regiões mais distantes das atuais Universidades Federais da Região Sul.
- Regiões mais carentes de instrumentos públicos federais, especialmente na área da educação.
- Regiões que representem centralidade no contexto geográfico da Mesorregião e que contenham certa infra-estrutura de transporte, comunicação, educação básica, serviços públicos, hotéis.
- Distribuição dos campi entre os Estados, considerando o número de municípios e população da Mesorregião e seu entorno.

3



**SOBRE A SEDE E OS CAMPI**  
Critérios de Distribuição entre os Estados

Distribuição dos Campi entre os Estados

- Municípios: 396 (RS 223; SC 131; PR 40).
- Área: 120.762 km<sup>2</sup> (RS 69,6; SC 34,1; PR 17,1).
- População: 3,8 milhões (RS 2.039.312; SC 1.232.635; PR 557.043).

4



**SOBRE A SEDE E OS CAMPI**

- Sede: Chapecó-SC.
- Campi para o RS: Erechim (Região Norte) e Cerro Largo (Região das Missões).
- Campus PR: Região Sudoeste ou Região do Cantuquiriguaçu (Centro-Oeste).
- Movimento propõe iniciar a implantação com sete campi (3 RS, 2 SC e 2 PR) e cronograma para segunda fase.

5



**QUE UNIVERSIDADE QUEREMOS**

Uma Universidade Pública e Popular, com excelência na qualidade de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos na identificação, compreensão, reconstrução e produção de conhecimento para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País, tendo na agricultura familiar e camponesa um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento.

6



### QUE UNIVERSIDADE QUEREMOS

- Uma universidade para potencializar a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, que tenha como premissa a valorização e o fortalecimento da matriz produtiva existente, com ênfase para:
  - A estrutura de produção agroindustrial, especialmente a agricultura familiar e camponesa, a agroecologia e a diversificação.
  - A capacidade empreendedora e de trabalho cooperativo e solidário.
  - Os setores industriais, como: agroindustrial, metal-mecânico, móveis, confecções, eletroeletrônico e extrativo-mineral.
  - A infra-estrutura: Transporte, energia e comunicações.
  - Os recursos naturais e a diversidade ambiental, com destaque ao Aquífero Guarani e a Bacia do Rio Uruguai.
  - O turismo.
  - A diversidade cultural.
  - As Políticas Públicas e o setor de serviços.

7



### QUE UNIVERSIDADE QUEREMOS

- **Estrutura Multicampi** (descentralizada), abrangendo a Mesorregião e seu entorno.
- **Atuação**, de forma integrada, na área do ensino, da pesquisa e da extensão.
- Uma universidade com atuação em todas as áreas do conhecimento, e não apenas na Área das Ciências Agrárias.
- Uma **universidade democrática**, autônoma, que respeite à pluralidade de pensamento e à diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais.

8



### QUE UNIVERSIDADE QUEREMOS

- Uma Universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade (Ingresso; Estrutura Metodológica; Assistência ao Estudante...).
- **Ingresso:**
  - Explicitar no Projeto de Lei, na Exposição de Motivos ou nas Diretrizes.
  - Cotas sociais com base no critério sócio-econômico e estudante de escola pública.
  - Analisar possibilidade de considerar, por exemplo, a questão regional e se oriundo da Agricultura Familiar e Camponesa.

9



### QUE UNIVERSIDADE QUEREMOS

- Uma universidade que estabeleça forte intercâmbio:
  - Universidades e Instituições científicas, culturais, educacionais e artísticas.
  - Países do Mercosul e da América Latina.
  - Sociedade Organizada, em especial com os Movimentos e Organizações Sociais Populares.

10



### ESTRUTURA CURRICULAR

- Não iniciar na estrutura curricular tradicional.
- Utilizar os elementos fundamentais da proposta da Universidade Nova, sem assumi-la por completo.
- Primeiro ciclo único para toda universidade, dando unidade à ação da instituição.
- Primeiro ciclo centrada nos elementos estruturais das áreas do conhecimento (uma forte formação básica).
- Primeiro ciclo como parte da estrutura curricular, dando base para a seqüência dos estudos, não sendo terminativo (sem titulação superior).

11



### ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Futuramente a universidade deve atuar em todas as áreas do conhecimento.
- Importante dar um foco à Universidade, às unidades e aos cursos.
- Foco de atuação da Universidade (slide 6).
- Foco de atuação de cada unidade: Necessidade de definir agora.
- Foco de atuação de cada área: Necessidade de definir agora.
- Foco de atuação de cada curso: Pode ser definido na fase de implantação.

12



### ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Ciências Agrônômicas e Veterinárias: Área prioritária, podendo estar presente em todas as unidades.
- Trabalhar no sentido de iniciar com duas áreas do conhecimento em cada campus, ampliando cursos posteriormente.
- Aglutinar áreas que tenham certa identidade.
- Possíveis focos ou áreas: Agricultura; Saúde; Engenharias; Ciências Humanas e Sociais; Formação de professores (Formação Humana; Mestrado e Doutorado; Química e Física, dialogando com as Agrárias).

13



### ÁREAS DE ATUAÇÃO

**Áreas Prioritárias:**

- Ciências Agrônômicas e Veterinárias
- Ciências Humanas
- Ciências Médicas e da Saúde
- Engenharias e Computação
- Ciências Socialmente Aplicáveis

14



### ÁREAS DE ATUAÇÃO

**Possíveis focos**

- **Agricultura:** Sistema e processos produtivos e organizativos da agricultura familiar e camponesa; Agroecologia.
- **Saúde:** Saúde Pública; Sistema de Saúde; Saúde preventiva e não focada na preparação de profissionais para as áreas clínica ou hospitalar.
- **Formação de professores:** Formação Humana; Mestrado e Doutorado; Matemática, Química, Física e Biologia, dialogando com as Agrárias; Possibilidade de outra área.
- **Gestão:** Gestão da propriedade; Gestão de Cooperativas e Agroindústrias; Gestão da Saúde...
- **História, cultura e saber popular (Regional).**

15



### ÁREAS DE ATUAÇÃO

**Sugestões de Cursos Iniciais:**

- **Agrônômicas e Veterinárias:** Agronomia, Veterinária, Recursos Florestais, Zootecnia, Alimentos.
- **Humanas:** Filosofia, Sociologia, Antropologia, História, Geografia, Psicologia, Educação, Ciência Política, Teologia.
- **Médicas e da Saúde:** Medicina, Enfermagem, Saúde Coletiva ou Saúde Pública, Fisioterapia.
- **Engenharias e Computação:** Engenharia Civil; Engenharia Elétrica, Computação.
- **Socialmente Aplicáveis:** Administração, Economia, Arquitetura e Urbanismo ou Planejamento Urbano e Regional, Comunicação, Serviço Social, Turismo.
- **Licenciaturas???:** Biologia, Matemática, Física e Química.

16



### NOME DA UNIVERSIDADE

Elementos que caracterizam a Mesorregião e que podem servir de critérios para definição do nome

- Forte presença da Agricultura Familiar e Camponesa, de Micro e Pequenas Empresas urbanas e de iniciativas de Economia Popular Solidária.
- Forte presença de Organizações e Movimentos Sociais Populares.
- Forte presença de imigrantes europeus e remanescentes de indígenas, negros e “caboclos”.
- Questão Geográfica (Sul do Brasil; Mesorregião...).

17

## **ANEXO 7 - QUARTA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA CRIAÇÃO DA UFFS**

**Local: Universidade Federal de Santa Catarina**

**Data: 21 e 22 de Fevereiro de 2008**

### **Programação**

REUNIÃO TÉCNICA - GT - Criação da UFFS

Data: 21 e 22 de Fevereiro de 2008

Local: Sala dos Conselhos da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC Florianópolis

Horário: das 09:00 às 17:00 horas

**PAUTA 21/02/08 Participantes - Comissão Nomeada pela Portaria nº 948 de 22/11/07**

(1) - Informes da Comissão

(2) - Organização e distribuição das atividades - Itens do Projeto de Criação da UFFS

**PAUTA 22/02/08 Participantes - Comissão Nomeada pela Portaria nº 948 de 22/11/07 e MEC**

1 - Informes do MEC - situação atual e perspectivas na tramitação do PL de criação da UFFS

2 - Demandas e datas a serem cumpridas para implementar a UFFS – MEC

3 - Relato de Experiências na criação da UFAL / UFABC / MEC

4 - Definição dos cursos: SC - RS - PR.

6- Definição de próxima reunião e responsabilidades.

# Memória da Reunião: Versão produzida pelo MEC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Departamento de Desenvolvimento da Educação Superior

## REGISTRO DE REUNIÃO

**Assunto: Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul.**

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 2008, reuniram-se na Sala dos Conselhos da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC na cidade de Florianópolis, o Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Entre os presentes estavam técnicos do Ministério da Educação, representantes do Movimento Pró-Universidade Federal da Mesorregião, entre outros movimentos específicos. A abertura da reunião técnica do GT de criação da UFFS foi realizada pelos coordenadores do grupo. Ambos deram boas vindas, fizeram uma leitura breve da pauta a ser cumprida, bem como da condução dos trabalhos.

Em seguida, o Representante do Ministério da Educação Marcos Aurélio Brito passou aos informes gerais com foco no Projeto de Lei de implantação da UFFS e suas fases de tramitação no âmbito do MEC, Ministério do Planejamento e outros órgãos pertinentes. Informou sobre a prorrogação dos trabalhos por mais trinta dias e ainda comentou sobre os diversos pleitos, relativos a implantação da UFFS, interpostos junto ao MEC, dentre eles a interpolação do Ministério Público quanto à definição dos futuros campi sede, por parte deste Grupo de Trabalho. Neste momento houve um pequeno debate a cerca da questão e o Prof. Laffin sugeriu que os membros referendassem a decisão antes tomada e encaminhassem ao MEC todos os pleitos apresentados para que constassem dos autos do processo e subsidiando assim uma futura expansão da UFFS.

Em se tratando de agilizar o processo a participante Luciane Carminatti faz questionamentos à cerca do primeiro vestibular e da possibilidade de utilização de instalações provisórias para o exercício de 2009. Na mesma linha de questionamento o Vice Prefeito de Cerro Largo, exemplifica através do mecanismo de tutela ocorrido no processo de implantação da UNIPAMPA, e indaga se após definido os campi e o Plano Pedagógico, seria possível implantar também um processo de tutoria da UFSC e da UFSM para os campi da UFFS ainda em 2009. Em resposta o representante do Ministério afirma que não se pretende mais adotar esse tipo de prática, haja vista que a experiência realizada, justamente na UNIPAMPA tem se mostrado tecnicamente complicada, bem como a complexidade das exigências do CNE em relação aos currículos. Ressalta ainda a intenção de aplicar o modelo de concepção da UFABC.

Dando continuidade aos trabalhos, o Prof. Marcos Laffin faz considerações à cerca da real função da comissão e da necessidade de se dar celeridade ao processo, sob pena de terem o projeto “naufogado”, quando da alternância de gestão em 2010. Reconheceu a diversidade entre os membros, percursos sociais e os saberes diferenciados no entanto alerta que o grupo deve estar imbuído de um único objetivo que é a implantação da UFFS. Relata a experiência da UFSC, e descreve a complexidade do tramite normal para implantação de um curso e ratifica a posição assumida pelo MEC que é a de criar uma instituição que se configure nas novas perspectivas e configurações a exemplo da UFAL e da UFABC. Considera que a comissão deve responder a altura às responsabilidades que lhe foram atribuídas legalmente pelo MEC e que as pressões políticas, devem ficar a margem dos trabalhos.

O representante do Fórum da Mesoregião em Cantuquiriguaçu, pede a palavra e solicita esclarecimentos relativos a designação dos municípios contemplados na primeira etapa de implantação da UFFS e solicita que a decisão seja reconsiderada, haja vista que a população da Região do Sudoeste Paraná, sente-se injustificada por não ter sido contemplada no projeto. Além disso, realiza também o ato de protocolo da referida solicitação junto à mesa da comissão.

A cerca da manifestação deste prefeito, o Prof. Laffin aceita o documento e justifica que a escolha dos municípios foi realizada em consonância com a promessa do Presidente Lula, de implantar essa universidade antes do fim de seu mandato na região do Conesul, e também com os critérios pré-estabelecidos mediante estudos e a mobilização da sociedade civil da região por intermédio dos movimentos sociais participantes do processo, justifica ainda que a comissão decidiu observando os requisitos legais resguardados por força da portaria que a institui e que retomar a discussão pode implicar em destituir a decisão da comissão o que seria um retrocesso.

A representante da Região das Missões – Marlene Stochero, afirma não ter a intenção de retomar as discussões a cerca da escolha dos campi e que sua representação agora visa acompanhar a discussão relativa a definição dos cursos. Outros membros da comissão acusaram o recebimento de pleitos de movimentos interessados em participar do processo inicial de implantação da UFFS. O Prof. Dalvan diz entender que a questão já esteja equalizada, no entanto sugere que se abra espaço para ouvirmos as exposições de motivos dos requerentes ali presentes. Prof. Perin, sugere instruções a cerca do requerimento de impugnação da decisão de escolhas dos Municípios sede da universidade, ao que o representante do MEC, esclarece já ter respondido ao Ministério Público afirmando a legitimidade da comissão para tal decisão. Prof. Laffin concorda com sugestão do Prof. Dalvan, mas afirma que é necessário ter cautela, pois algumas ações visam inviabilizar a implantação da UFFS, enfatiza que os pleitos devem ser encaminhados ao MEC e que a comissão necessita ser firme em suas decisões, a fim de que essas não sejam destituídas. Prof. Tortelli coloca a importância de a comissão responder aos pleitos que lhe são interpostos.

Aberto o espaço para os requerentes, o Prefeito de Laranjeiras, toma a palavra mencionando o acordo firmado com os representantes de Santo Antonio do Sudoeste que o faz legitimado para representar a região. Reconhece a legitimidade da comissão, ratifica a decisão de eleger Laranjeiras como uma das sedes e solicita ainda que a região da Cantuquiriguaçu seja inclusa nesta primeira fase do processo. Invocado pelo Prof. Dalvan, o Prefeito de Santo Antonio do Sudoeste do Paraná vem a argumentar em favor da inclusão desta região no processo, ressaltando que o movimento de forma alguma tem a intenção de fazer retroagir e sim de abrir a possibilidade de ampliar a abrangência inicial do processo, além de reconhece a legitimidade de Laranjeiras já contemplada, assim como Francisco Beltrão. Agradece o espaço concedido e reforça o pedido de reconsideração da decisão. O prefeito de Realeza também argumentando em prol do Sudoeste do Paraná faz a sustentação do pleito, reitera a exposição de motivos, apresenta documentos e relatórios para fundamentar o pleito ora apresentado. E realiza o protocolo de

entrega dos documentos referente ao pleito propriamente dito. Outros prefeitos e vice-prefeitos também endossaram os discursos.

Prof. Laffin sugere que a discussão a cerca desta questão trazida pelos requerentes, seja discutida num momento posterior. Enfatiza que os pleitos devem ser encaminhados para o MEC, a fim de fazer parte do processo e subsidiar decisões quando da expansão da UFFS. Considera mais uma vez que o grupo deve zelar pelas decisões já tomadas. Encerram-se os trabalhos para um intervalo de 15 minutos.

Retomados os trabalhos, o Prof. Marcos Laffin inicia a reunião técnica propriamente dita, sugerindo que a demanda a cerca do debate estabelecido na primeira parte da reunião seja repassada para o Ministério da Educação, juntamente com um parecer da comissão que ratifique a decisão do GT. Ressalta que cabe a autoridades superiores “bater o martelo”, sobre tal decisão.

Aberto espaço para colocações dos membros da comissão a Sr. Luciane Carminati faz o questionamento à cerca do impacto no projeto, no que diz respeito a recursos e cursos, caso as autoridades superiores decidam, por incluir novas unidades nesta primeira fase de implantação.

Prof. Laffin esclarece que cabe ao MEC decidir pela inclusão ou não de novas unidades e conseqüentemente pela revisão dos cursos e recursos do projeto.

Atendendo a solicitação da Sr. Marlene Stochero o representante do MEC esclarece a forma como foi estabelecida a distribuição dos cursos entre as unidades de Chapecó, Laranjeiras, Erechim e Cerro Largo. Prof. Perin reconhece a autoridade do MEC, para decidir sobre o debate da ampliação dos municípios contemplados pelo projeto, porém pondera que é importante a comissão posicionar-se sobre o assunto, inclusive no que diz respeito à divisão de recursos do projeto.

Neste sentido o Prof. Gelson Albuquerque enfatiza a necessidade de se encerrar as essa discussão, considerando que outros aspectos também importantes precisam ser deliberados e afirma que a análise dos pleitos ora apresentados abre precedentes para que sempre se esteja retroagindo no processo e sugere que essas decisões sejam proteladas para quando da materialização da instituição. Enfatiza que a comissão já cumpriu a missão que lhe foi atribuída e lembra que o GT deve considerar que a criação de campi com apenas um curso seria por demais onerosa para o sistema.

Prof. Laffin conclui que as falas acumulam condições para se encerrar a discussão haja vista que está será uma das ultimas reuniões do grupo, sendo que a comissão será extinta por decurso de prazo e por ter cumprido sua função. É sabido que o MEC instituirá uma nova comissão composta por especialistas para implementar condições para construção e implementação da universidade. Em seguida o Marcos Aurélio ratifica a fala do Prof. Laffin.

Prof. Tortelli manifesta que é impossível desmembrar a tarefa técnica da tarefa política, para continuidade do processo e condena o posicionamento político da Diretora do DEDES, em manifestar-se contrariamente à decisão dos membros da comissão. Relembrou ainda que o Ministro deu poderes de decisão para comissão, quando do anuncio da UFFS em Brasília. Conclui afirmando que o pleito trazido pelos representantes são legítimos, no entanto, concorda que a discussão deve ser encerrada no âmbito da comissão.

Daí por diante e até o final da manhã os participantes ainda debateram a cerca dos pleitos apresentados tanto a Comissão quanto ao MEC. Ao fim o grupo decide que todas as decisões tomadas até o momento serão referendadas. Assim a decisão da localização dos Campi fica mantida: SC - Chapecó (sede); PR – Laranjeiras do Sul; RS – Cerro Largo e Erechim. Os requerimentos apresentados serão

encaminhadas ao Ministério para que possam ser registrados nos documentos da criação da referida Universidade, compondo a exposição de motivos do documento.

Retomados os trabalhos após a pausa para o almoço, os membros passaram a uma discussão em torno da extinção deste GT e da implantação da próxima comissão. Prof. Laffin e o Sr. Elton pedem esclarecimentos a cerca do encerramento desta comissão e instalação da próxima. Respondendo a indagação o representante do Ministério esclarece que agora só resta a atual comissão, a elaboração do relatório final dos trabalhos, considerando que este deverá ser emendado dos pleitos apresentados e anexado à exposição de motivos do PL de criação da UFFS.

Sobre a criação da próxima comissão o Marcos Aurélio esclarece ainda que baseada na definição da vocação e dos cursos, serão extraídos da comunidade acadêmica especialistas capazes de elaborar um projeto dentro dos moldes propostos. O prof. Laffin afirma a confiança na decisão do MEC de nomear uma comissão competente para a continuidade dos trabalhos. No entanto sugere que a nova comissão seja assessorada por um grupo com a função de acompanhar os desenvolvimento dos trabalhos e assegurar a validade do trabalho ora concluído.

Daí por diante estabelece-se um debate a cerca das possibilidades de manutenção, extinção e/ou redução deste GT. Desta discussão a coordenação do grupo conclui que a atual comissão deve ceder espaço para um novo grupo continuar o desenvolvimento do projeto, sugerindo também a criação de uma subcomissão concomitante com a comissão técnica, com funções pré-estabelecidas e voltadas para o acompanhamento.

Os representantes dos movimentos sociais ainda posicionam-se preocupados com possibilidade de perderem espaço na próxima etapa do processo e sugerem a manutenção do atual GT, no entanto o representante do MEC sustenta que é necessário que os coordenadores encaminhem um relatório final dos trabalhos realizados até aqui e que o G11 continue a atuar no cenário político a fim de dar celeridade ao processo. O Prof. Tortelli insiste na possibilidade de participação dos movimentos sociais na próxima fase, indicando nomes de representatividade dos movimentos, para comporem a referida comissão.

O Prof. Perin enumera as tarefas de responsabilidade deste grupo dentre elas a continuidade e organização dos movimentos, a negociação com os municípios, a definição dos cursos, a elaboração do projeto pedagógico a elaboração do estatuto/regimento e ainda a mobilização política e conclui defendendo a permanência da equipe, ampliada por especialistas.

Em seguida o Prof. Laffin sugere a retomada da Carta de Florianópolis e a discussão a cerca da definição dos cursos, ressaltando que está etapa deve preceder a apresentação dos modelos que lhes serão apresentados, pois constituem elemento fundamental para conclusão do relatório final.

Iniciada a discussão a cerca dos cursos, os membros apresentam preocupações a cerca da qualidade dos cursos, ao que o representante do MEC esclarece que a proposta de implantação da UFFS obedecerá aos padrões pré-estabelecidos pelo Reuni. A discussão segue indefinida haja vista que os representantes dos movimentos sociais não conseguiram chegar num consenso geral sobre os critérios que embasariam essa definição, sendo que a representante de Cerro Largo – Marlene Stochero chegou a fazer um exposição da articulação estabelecida em seu município, porém os membros do GII solicitam um pouco mais de tempo para conversarem entre si a cerca do tema. Varias sugestões são interpostas para a definição, dentre elas a interface entre os municípios e a realização de debates públicos. A certeza que o grupo apresenta é que a vocação aponta para a Agro economia e Sustentabilidade da Região.

Encerrando os trabalhos deste dia o representante do Ministério estabelece a data de 26 de março para nomeação da comissão técnica de implantação da UFFS.

Iniciados os trabalhos deste segundo dia de reunião o Prof. Laffin dá boas vindas ao grupo, cede a palavra ao Deputado Vignatti, que vem manifestar seu apoio ao projeto e comprometer-se em atuar no campo político com vistas a dar celeridade à materialização do projeto.

Em seguida inicia-se a apresentação do modelo de implantação do Pólo de Arapiraca da UFAL, desenvolvida pelo Prof. Rodrigo Ramalho. A referida apresentação envolveu aspectos como estrutura curricular, organograma acadêmico, políticas afirmativas modelo pedagógico e outros. Terminada a apresentação seguiu-se uma sabatina onde os participantes dirigiram inúmeras perguntas ao palestrante que prontamente as esclareceu.

Após essa etapa o Sr. Elton pede espaço para os informes do GII, inclusive o resultado da reunião realizada entre os representantes do movimento no fim da tarde de ontem as quais sejam: A proposta de realização de seminários regionais em 17 de março para articulação no meio comunitário a cerca do projeto. O grupo sugere ainda a realização de um outro evento envolvendo a presença de uma autoridade para entrega do relatório final do grupo. Após esses informes, inicia a pausa para o almoço.

Retomados os trabalhos a Prof. Adelaide Faljone, inicia sua exposição a cerca da experiência de implantação da UFABC, a apresentação também passa por aspectos como cursos, mobilidade acadêmica, projeto pedagógico, estrutura organizacional e outros. Ao fim da exposição abre-se o espaço para o debate onde os participantes formulam inúmeras perguntas a cerca do projeto apresentado, encerrando esta etapa.

No fechamento da reunião o prof. Elton retoma alguns aspectos discutidos no âmbito do projeto como, por exemplo, a definição do nome da instituição, sobre o qual o mesmo sugere que seja revisto. Além disso discute-se também o fecho do relatório final da comissão. Após alguns instantes de debate o Prof. Laffin declara encerrado a reunião.

# Memória da Reunião: Versão produzida pelo Elton Scapini

## **PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL PARA A MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL**

### Reunião da Comissão de Projeto

**Data:** 21 e 22/02/2008.

**Local:** UFSC – SC.

#### **I. ATO DE ABERTURA**

##### **1) Fala dos Coordenadores:**

- a) Os cursos derivam e devem estar coerentes com o Projeto Político Pedagógico.
- b) Esta será a primeira universidade brasileira a ser criada a partir da ação do Movimento Social e com participação deste. Não vamos permitir interferências políticas que desconheçam o processo. Decisão tomada é decisão tomada. Caso contrário deve-se retomar todas as decisões, inclusive a da constituição da Comissão de Projeto.
- c) Já desenhamos áreas (não definimos). Agora, precisamos começar a delinear os cursos. Precisamos considerar que os cursos exigem estruturas diferentes. A construção de um curso passa por áreas do conhecimento. Neste processo, é preciso considerar, entre outros, o sujeito professor.

##### **2) Fala do Marco Aurélio (MEC):**

- a) Informou que a minuta do Projeto de Lei já está tramitando no MEC (Jurídico), para após tramitar no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Previsão de tramitar por uns três meses no Executivo, para posterior encaminhamento ao Congresso.
- b) A CPMF não impacta neste projeto, já que o orçamento é para 2009.
- c) Durante a tramitação, iniciam-se as discussões com municípios em termos de área, prédio (se tiver), logística...
- d) Tecnicamente, o MEC não pretende iniciar novas universidades com extensões.
- e) O prazo da Comissão está sendo prorrogado por mais 30 dias, já que estava previsto para o dia 26/02/07.
- f) O trabalho desta Comissão chegou ao fim, já que a mesma foi designada para propor Minuta do Projeto de Lei. A partir de agora o MEC designará outra Comissão, formada por especialistas na área, para propor o Projeto Institucional e Acadêmico.

#### **II. LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES**

Neste ponto foram tratadas três questões: Pedido de revisão da localização do campus do Paraná; Pedido de impugnação à definição de Cerro Largo sediar o campus das Missões – RS; incorporação da Unidade de Palmeira das Missões à nova Universidade.

## 1) Pedido de revisão da localização do campus do Paraná:

### a) Situando a questão:

- ✓ Uma Comissão do Sudoeste do Paraná esteve reunida com o Ministério da Educação, no dia 18 de fevereiro de 2008, propondo a revisão da localização do campus do Paraná, com o argumento de que a Região do Cantuquiriguaçu está fora da Mesorregião. Pelo Ministério participaram a Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior, Maria Ieda Costa Diniz e Marcos Aurelio Souza Brito, da Coordenação Geral de Gestão e Expansão da Rede de IFE's e membro da Comissão de Projeto.
- ✓ A Diretora entendeu que na primeira reunião da Comissão, realizada na sala de Atos do MEC, foi definido o limite territorial da UFFS, conforme acordado anteriormente pelo Sr. Ministro e representantes dos movimentos sociais, da seguinte forma: Oeste da Santa Catarina, Norte do Rio Grande do SUL e Sudoeste do Paraná. Dessa forma, o município indicado para compor a Unidade do estado do Paraná não está localizado na área do referido limite. Diante do exposto, o MEC decidiu prorrogar o prazo da comissão em mais 30 dias, para que essa questão fosse definida pela Comissão de Projeto.
- ✓ A Comissão abriu um espaço para a Comissão do Sudoeste do Paraná se manifestar. O Senhor Célio Boneti, presidente do Fórum da Mesorregião, informou que solicitaram audiência com Ministro de Educação. A Comissão foi atendida pela Diretora Maria Ieda, solicitaram uma revisão do processo e foram orientados a entrar com um pedido de consideração junto à Comissão de Projeto. O argumento principal toma como base a territorialidade da Mesorregião, já que Laranjeira do Sul está fora deste limite. Segundo Boneti, a unificação do Movimento tomou como base a Mesorregião, da mesma forma os manifestos encaminhados ao MEC. O representante entende que o entorno não pode ser desconsiderado, mas que o elemento essencial é a territorialidade da Mesorregião. Destacou que o Sudoeste é berço de inúmeras iniciativas da Agricultura Familiar. O representante finalizou destacando que há tempo de corrigir esta distorção e que como Francisco Beltrão está bem contemplado em termos de instrumentos públicos, inclusive com uma Unidade da Universidade Tecnológica do Paraná, oferece como opção o município de Realeza.
- ✓ O prefeito de Realeza lembrou que no ano passado foi comemorado os 50 anos da Revolta dos Posseiros e que o presidente Lula se comprometeu em instalar uma Universidade na Mesorregião. Apresentou o mapa da Mesorregião, lembrou que são 42 municípios com identidade. Disse que Francisco Beltrão tem uma unidade da Universidade Tecnológica do Paraná, que conta com um curso, mas que está sendo ampliada.
- ✓ O prefeito de Santo Antônio do Sudoeste colocou o município à disposição para sediar um campus e destacou a importância do Sudoeste do Paraná.
- ✓ A senhora Loiri disse que faz parte da Fetraf e que o Sudoeste é rico em experiência. A representante enfatizou que devemos comemorar esta conquista, já que há pouco tempo não se pensava nesta possibilidade. Por fim, propôs que se mantivesse Laranjeiras do Sul se contemplasse Sudoeste com outra unidade.

- ✓ O prefeito de Laranjeiras do Sul (Região do Cantuquiriguaçu) lembrou que as duas regiões discutiram à exaustão. Como não houve consenso, decidiram encaminhar a decisão à Comissão de Projeto. Portanto, entende que a Região está legitimada pela decisão tomada no dia 13/12/2007.
- ✓ O Vice-Prefeito de Laranjeiras do Sul (Senhor Nelson) lembrou que, no passado, a Região do Sudoeste teve dois ministros, que privilegiaram a Região. Lembrou que Laranjeiras do Sul tem apenas uma extensão da Universidade do Oeste do Paraná, que aceitariam o Instituto Federal de Educação Tecnológica – IFET, que o Sudoeste rejeitou. Por fim, lembrou da importância em manter a luta pela ampliação da Universidade a ser criada.

#### **b) Proposição e encaminhamentos da Comissão:**

- ✓ A Comissão resgatou os critérios e o consenso, construído há muito tempo, de que a territorialidade abrangia a Mesorregião e seu entorno (um entorno determinado, que envolvia a Região do Cantuquiriguaçu - PR e a Região de Vacaria - RS). Os manifestos encaminhados ao MEC e todas as exposições feitas deixavam explícito que se tratava da Mesorregião e seu entorno.
- ✓ A construção feita até aqui foi acordada no Movimento e não somente na Comissão, a exemplo dos processos, das formas de decisão, da abrangência e, principalmente das quatro unidades como forma de construir uma decisão de consenso por parte do Movimento. Abrir qualquer precedente que desconsidere esta construção, significaria retomar todo processo.
- ✓ Após várias intervenções, a Comissão referendou a decisão tomada em 13 de dezembro de 2007, ou seja, manutenção da indicação do campus do Paraná para a Região do Cantuquiriguaçu (Laranjeiras do Sul).

#### **2) Localização do campus das Missões-RS:**

- a) A Central do Estudante de Santo Ângelo e o Comitê Municipal entraram com um pedido de impugnação quanto à definição do campus das Missões ficar localizado em Cerro Largo. O pedido de impugnação foi proposto junto ao Ministério Público e junto à Comissão. O MEC informou o Ministério Público que a decisão sobre este tema cabe à Comissão de Projeto.
- b) O Movimento Pró-Universidade Federal havia proposto um campus para a Região das Missões. A Região definiu um processo que culminou com a decisão por Cerro Largo. A Comissão de Projeto, em 13 de dezembro de 2007, homologou a decisão, considerando que todos os critérios definidos para fins de localização das unidades são regionais e não municipais.
- c) O pedido de impugnação toma como base os critérios de localização propostos no projeto elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria 352/GR/2006 (mais conhecido como Projeto UFSC). Naquele Projeto, os critérios de localização tomam como base o município, diferente dos critérios definidos, que tomam como base a região.
- d) A Comissão de Projeto definiu por referendar a decisão tomada em 13 de dezembro de 2007.

#### **3) Incorporação da Unidade da UFSM de Palmeira das Missões à Nova Universidade:**

- a) Os representantes do Movimento Pró-Universidade Federal na Comissão de Projeto lembraram que em 03/12/07, o Movimento deliberou pela incorporação da Unidade de Palmeira das Missões à nova Universidade, mesmo que numa fase posterior.

- b) Esta decisão levou em conta que o movimento iniciado pela criação de uma universidade federal para o Norte do Rio Grande do Sul iniciava com extensões de universidades já existentes, para posterior transformação na Universidade Federal do Norte.
- c) A Comissão de Projeto entende que esta questão dependerá de negociações posteriores envolvendo a Universidade de Santa Maria e a Universidade a ser criada.

### III. PROCESSO, DEMANDAS E DATAS A SEREM CUMPRIDAS

- 1) O senhor Marco Aurélio, representante do MEC na Comissão, informou que o trabalho desta Comissão se encerrou com o encaminhamento do Projeto de Lei e que a mesma foi prorrogada por 30 dias para analisar demandas quanto à localização das unidades e para elaboração do Relatório. Agora seria criada uma Comissão de Projeto Pedagógico e Institucional da Universidade, com membros escolhidos entre expoentes, especialistas. Pela exposição do senhor Marco Aurélio teríamos três fases/Comissões:
  - a) Comissão de Projeto de Lei.
  - b) Comissão de Projeto Pedagógico e Institucional (Estrutura Acadêmica, Áreas de Atuação, Cursos, Ingresso; Gestão; Negociações com municípios).
  - c) Comissão de Implantação (Estatuto; Regimento...).
- 2) Representantes do Movimento insistiram que o entendimento quanto ao papel desta Comissão não estava restrito à Minuta do Projeto de Lei, mas que incluía o projeto institucional e acadêmico, áreas de atuação, cursos, formas de ingresso, gestão, articulação com prefeituras e outras entidades municipais e regionais. Lembraram, inclusive, que o MEC propôs inicialmente dividir a Comissão em duas, onde uma trataria da localização das unidades, infra-estrutura e orçamento, enquanto a outra trataria do projeto institucional e acadêmico, áreas de atuação, cursos...
- 3) Membros da Comissão destacaram que entre as idéias superiores do processo de criação da Universidade está a relação sociedade/Estado, com forte participação dos Movimentos Sociais Populares. A compreensão é de que é fundamental preservar esta questão nas próximas fases.
- 4) Discutiu-se a sugestão de que, além da Comissão de Especialistas, tivesse um grupo de acompanhamento. No entanto, o entendimento é de que é melhor uma única Comissão, com papéis diferenciados e definidos a partir de um plano de trabalho, com divisão de tarefas.
- 5) Os representantes do Movimento Pró-Universidade Federal propuseram a manutenção dos indicados pelo Movimento e a incorporação de especialistas em algumas áreas.
- 6) Demandas ou tarefas propostas para a Comissão de Projeto Pedagógico e Institucional:
  - 7) Continuar a organizar a participação social no processo.
  - 8) Negociação com municípios sede (Estrutura física...).
  - 9) Acompanhamento à tramitação do Projeto de Lei.
  - 10) Elaboração do Projeto Pedagógico e Institucional.
  - 11) Elaboração do projeto dos cursos.
  - 12) Acompanhamento à tramitação do Projeto de Lei: Os representantes do Movimento Pró-Universidade solicitaram cópia da Minuta do Projeto de Lei que está tramitando e informaram que acompanharão a tramitação do mesmo:
    - a) Última semana de fevereiro: Fetraf (Torteli) e Deputado Vignatti.

- b) 1ª Semana de Março: Via Campesina e Deputado Adão Pretto.
  - c) 2ª Semana de Março: Marlene Stochero e Deputada Maria do Rosário.
- 13) Organização do Movimento: O Movimento informou e propôs um conjunto de eventos e atividades:
- a) Produção de um informativo: Subsídio para os seminários Regionais (Luciana coordena).
  - b) Oficina e reunião da Coordenação: 10/03/08, em Chapecó, das 09:00 às 17:00.
    - ✓ Formatar uma idéia de estrutura acadêmica, áreas e cursos: Elton, Andréia, Luciana, Zeferino e Poli.
    - ✓ Local e convite: Torteli.
    - ✓ Articulação: Secretaria Executiva.
  - c) Seminários Regionais:
    - ✓ Data: 17/03/08.
    - ✓ Locais: Quatro Seminários nos municípios sede das unidades, envolvendo as regiões próximas.
  - d) Nome da Universidade:
    - ✓ Os representantes do Movimento informaram que o nome Universidade Federal Fronteira Sul não contempla o conjunto de critérios propostos. O nome procura dialogar com um dos critérios (Questão geográfico), mas mesmo assim não identifica a localização.
    - ✓ Há resistência por parte dos Movimentos Sociais Populares em utilizar nomes que contenham a expressão Mercosul, como Universidade Federal Mesomercosul.
    - ✓ Diante disso, propôs-se desencadear um processo de indicação de nomes até a reunião da Coordenação (10/03/08). A partir daí, a Coordenação fecharia em três indicativos para que as regiões opinem nos seminários regionais propostos para o dia 17/03/08.
  - e) Evento com Secretário da SESU, no mês de março, para: Apresentação do trabalho da Comissão; Encaminhamento simbólico do Projeto de Lei pelo Ministro; Anúncio da Comissão de implantação.
  - f) Encaminhamento de ofício ao Secretário destacando a importância da celeridade no trâmite da Minuta do Projeto de Lei e convidando para evento no mês de março: Elton propõe redação.
  - g) Ato com Presidente Lula na assinatura do Projeto.

#### IV. ÁREAS E CURSOS

##### 1) Questões preliminares:

- a) O senhor Marco Aurélio, representante do MEC na Comissão, ao informar sobre a demanda do Sudoeste do Paraná, deu a entender que o campus para o Rio Grande do Sul seria dividido em dois (Erechim e Cerro Largo). Inicialmente, o MEC havia proposto a sede com seis cursos iniciais, mais dois campi com quatro cursos cada. Os recursos estão pensados para iniciar com 14 cursos em 2009, chegando a 30.
- b) Os representantes do Movimento na Comissão resgataram que a proposição de uma quarta unidade, sendo a sede em Chapecó-SC, dois campi para o Rio Grande do Sul e um campus para o Paraná foi o que possibilitou um acordo no Movimento. Lembraram

também que, caso fosse necessário reduzir cursos tendo em vista a quarta unidade, far-se-ia proporcionalmente com todas as unidades. Os mesmos entendem que esta questão foi decidida na última reunião da Comissão, em 13 de dezembro de 2007.

- c) Diante disso, propôs-se que, caso seja necessário reduzir o número inicial de cursos para cada unidade, seja feito proporcionalmente considerando o conjunto, ou seja: cinco para a sede (Chapecó-RS), três para Erechim-RS, três para Cerro Largo-RS e três para Laranjeiras do Sul-PR.

## 2) Resgate das proposições apresentadas à Comissão de Projeto pelo Movimento (13/12/07):

### a) Áreas Prioritárias:

- ✓ Ciências Agrônômicas e Veterinárias
- ✓ Ciências Humanas
- ✓ Ciências Médicas e da Saúde
- ✓ Engenharias e Computação
- ✓ Ciências Socialmente Aplicáveis

### b) Possíveis focos:

- ✓ Agricultura: Sistema e processos produtivos e organizativos da agricultura familiar e camponesa; Agroecologia.
- ✓ Saúde: Saúde Pública; Sistema de Saúde; Saúde preventiva e não focada na preparação de profissionais para as áreas clínica ou hospitalar.
- ✓ Formação de professores: Formação Humana; Mestrado e Doutorado; Matemática, Química, Física e Biologia, dialogando com as Agrárias; Possibilidade de outra área.
- ✓ Gestão: Gestão da propriedade; Gestão de Cooperativas e Agroindústrias; Gestão da Saúde...
- ✓ História, cultura e saber popular (Regional).

### c) Sugestões de Cursos Iniciais (Listados sem uma maior discussão):

- ✓ Agrônômicas e Veterinárias: Agronomia, Veterinária, Recursos Florestais, Zootecnia, Alimentos.
- ✓ Humanas: Filosofia, Sociologia, Antropologia, História, Geografia, Psicologia, Educação, Ciência Política, Teologia.
- ✓ Médicas e da Saúde: Medicina, Enfermagem, Saúde Coletiva ou Saúde Pública, Fisioterapia.
- ✓ Engenharias e Computação: Engenharia Civil; Engenharia Elétrica, Computação.
- ✓ Socialmente Aplicáveis: Administração, Economia, Arquitetura e Urbanismo ou Planejamento Urbano e Regional, Comunicação, Serviço Social, Turismo.
- ✓ Licenciaturas: Biologia, Matemática, Física, Química...

## 3) Proposições da última reunião da Comissão (13/12/07):

- a) Chapecó-SC: Ciências Agrárias e Veterinárias; Ciências da Saúde; Licenciaturas – formação de professores.
- b) Erechim e Cerro Largo-RS: Ciências Agrárias; Ciências tecnológicas; Licenciaturas – formação de professores.

- c) Laranjeiras do Sul-PR: Ciências Agrárias; Ciências Sociais; Cooperativismo; Licenciaturas – formação de professores.

**4) Proposições do Comitê Regional Missões - Unidade de Cerro Largo-RS:**

A Região desencadeou um processo de consulta em municípios da Região (Ver documento entregue). A seguir os mais citados, por ordem:

- a) Ciências Agronômicas e Veterinárias: Agronomia; Medicina Veterinária.
- b) Ciências Tecnológicas: Agroindustrialização; Bioenergia; Engenharia de Alimentos; Engenharia Mecânica e Industrial.
- c) Formação de professores: Línguas; Química; Física.
- d) Outras áreas do conhecimento: Turismo; Medicina; Arqueologia.

**5) Proposições do Comitê Regional Alto Uruguai - Unidade de Erechim-RS:**

- a) Ciências Agronômicas e Veterinárias: Agronomia, Veterinária, Recursos Florestais, Zootecnia, Alimentos
- b) Engenharias e computação: Engenharia Civil; Engenharia Elétrica, Computação.
- c) Formação de Professores:
- d) Socialmente Aplicáveis: Arquitetura e urbanismo ou Planejamento Urbano e Regional; Administração.

**6) Proposições de Santa Catarina - Unidade de Chapecó:**

- a) Ciências Agronômicas e veterinárias: Agronomia.
- b) Saúde:
- c) Socialmente Aplicadas: Economia Solidária e/ou cooperativa (Administração); Administração com ênfase em agroecossistemas e energias renováveis.
- d) Engenharia Ambiental e Sanitária.

**7) Proposições propostas pela Região do Cantuquiriguaçu – Unidade de Laranjeiras do Sul:**

- a) Ciências Agronômicas e veterinárias: Agronomia/agroecologia.
- b) Questão ambiental.
- c) Bioenergia/Agregação de renda e valor.
- d) Cooperativismo.
- e) Gestão de empresas sociais e públicas.
- f) Formação de professores.
- g) Temas transversais: Informática; Sustentabilidade.

## **V. RELATO DE EXPERIÊNCIAS**

**A) UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL - Campus de Arapiraca:**

**Apresentação: Prof. Rodrigo Ramalho Filho – Coordenador de Projetos Especiais (Ver apresentação feita)**

- 1) A experiência tem duas inovações: estrutural e de conteúdo.
- 2) Interiorização: Uma expansão necessária:
  - ✓ Programa de Expansão do Ensino Superior – SESU: Duas fases: Expansão por criação de universidades; Expansão pela reestruturação.
  - ✓ Em Alagoas, 68,5% das matrículas estão no interior.
- 3) Espacialização: Campi e pólos nas sub-regiões:
  - ✓ Transformação da UFAL em multicampi.
  - ✓ Campus: Centraliza espaços sub-regionais.
  - ✓ Pólos: Atuam em uma sub-região.
- 4) Críticas aos modelos de formação acadêmica e profissional vigentes:
  - ✓ Ver slides.
- 5) Novo modelo acadêmico e pedagógico:
  - ✓ Eixos.
- 6) Troncos de conhecimento:
  - ✓ Tronco inicial (400 horas = um semestre): Formação geral (Sociedade; Natureza e desenvolvimento; Produção de conhecimento; Lógica; Informática; Comunicação); Enfoque interdisciplinar (Seminário integrador); Flexibilidade. O tronco inicial é oferecido nos pólos e campus (não exige deslocamento dos alunos).
  - ✓ Tronco intermediário (400 horas = um semestre): Formação básica e conteúdo comum a cada eixo temático; Disciplinas instrumentais, disciplinares e de síntese; Matrículas por eixo.
  - ✓ Tronco profissionalizante.
- 7) Alguns pontos positivos:
- 8) Alguns pontos a superar:
- 9) Último vestibular:
  - ✓ 91% das vagas de alunos do interior.
  - ✓ 55,4% sexo feminino.
- 10) Reestruturação – Reuni:
- 11) Discussão:
  - ✓ Por que eixos e não áreas? Conceito de área mais limitante. O conceito de eixo permite crescer.
  - ✓ Por que troncos e não ciclos?
  - ✓ Certificação ou não nos troncos inicial e intermediário? Não progrediu. É um assunto polêmico.

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC**

**Apresentação: Professora Adelaide - Vice-Reitora (Ver apresentação):**

- 1) Que Universidade queremos?

- 2) O caminho da interdisciplinaridade
- 3) Portaria SESU, de 18/03/2005:
  - ✓ 33 docentes oriundos de diversas universidades.
  - ✓ Não estava dirigida para a UFABC, sendo incorporada posteriormente.
- 4) Concepção inovadora do Projeto:
  - ✓ Inovação, competitividade e repercussão sobre a empregabilidade.
  - ✓ Mobilidade: Qualidade e portabilidade de bolsas.
  - ✓ Sustentabilidade.
  - ✓ Modernização
- 5) Multicampi: idéia de quatro campi.
- 6) Bacharelado:
  - ✓ Disciplinas obrigatórias (40%).
  - ✓ Disciplinas optativas (30%).
  - ✓ Disciplinas Livres (30%), inclusive feitas em outras instituições.
- 7) Discussão:
  - ✓ Titulação do Bacharelado Interdisciplinar: O aluno está preparado para aprender, sai um bom aprendiz.
  - ✓ Critério para admissão na Licenciatura e no Bacharelado (Nível 2):
  - ✓ Cotas: 50% (etnias – negros e indígenas – 20,4%; Escola Pública; Poder aquisitivo).
  - ✓ Vestibular tradicional.
  - ✓ O aluno pode ficar onze anos na Universidade e sair com vários diplomas.
  - ✓ Cada aluno escolhe um professor tutor, que tem horário à disposição para atendê-lo e orientá-lo, especialmente quanto às escolhas.

## **VI. ENCAMINHAMENTOS:**

### **1) Relato da reunião:**

Na próxima semana os coordenadores circularão uma proposta entre os membros do Grupo.

### **2) Relatório do trabalho da Comissão de Projeto:**

- a) O entendimento da Coordenação é de que não será feito um relatório e que todas as transcrições e apresentações feitas serão anexadas aos relatos das reuniões.
- b) Diante da reação de alguns membros a este entendimento, a coordenação encaminhou para que os representantes do Movimento fizessem um relatório para servir como mais um anexo. Esta é uma questão a ser decidida pelo Movimento.

### **c) REUNIÃO GT MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL**

### **d) (Grupo dos 11)**

**Data:** 21/02/2008 (Noite).

**Local:** UFSC.

**e) Projeto de Lei:**

Solicitar cópia do Projeto de Lei que está tramitando.

Acompanhamento ao PL no MEC:

Última semana de fevereiro: Fetraf (Torteli) e Deputado Vignatti.

1ª Semana de Março: Via Campesina e Deputado Adão Preto.

2ª Semana de Março: Marlene Stochero e Deputada Maria do Rosário.

**f) Comissão de Projeto Pedagógico e Institucional:**

Propor a manutenção dos onze do Movimento.

Propor a indicação de alguns especialistas.

**g) Organização do Movimento (Reuniões; Oficina; Seminários):**

Se o MEC vai nomear nova Comissão a partir das áreas e cursos, cabe a nossa Comissão propor as áreas e cursos.

Produção de um informativo: Subsídio para os seminários Regionais: Luciana coordena.

Oficina e reunião da Coordenação: 10/03/08, em Chapecó, das 09:00 às 17:00.

Formatar uma idéia de estrutura acadêmica, áreas e cursos: Elton, Andréia, Luciana, Zeferino e Poli.

Local e convite: Torteli.

Articulação: Secretaria Executiva.

Seminários Regionais: 17/03/07.

**h) Eventos políticos:**

Ato com Secretário da SESU, no mês de março, para: Apresentação do trabalho da Comissão; Encaminhamento simbólico do Projeto de Lei pelo Ministro; Anúncio da Comissão de implantação.

Ato com Presidente Lula na assinatura do Projeto.

**i) Ofício ao Secretário:**

Ato político (Até 26 de março):

Entrega do trabalho da Comissão.

Encaminhamento simbólico do Projeto.

Anúncio da Comissão de Projeto Pedagógico e Institucional.

Importância da celeridade na tramitação do Projeto de Lei.

**j) Nome:**

Sugestões até a reunião da Coordenação (10/03/08).

Solicitar mais uns dias para propor um nome.

**k) Distribuição dos cursos entre as unidades (Considerando os 14 iniciais):**

Os recursos estão pensados para iniciar com 14 cursos em 2009, chegando a 30 (não está explícito quando). Para os 14 cursos iniciais, o Movimento propõe que sejam divididos em cinco para a sede e três para cada um dos campi, considerando a definição da Plenária de Concórdia e os informes dados na reunião da Comissão em 13/12/07.

## ANEXO 8 – Apresentação UFABC



**INTEGRAÇÃO DO CONHECIMENTO  
E DA SOCIEDADE**

Prof. Dr. Adelaide Faljoni-Alario  
Vice-Reitora da UFABC

FRONTEIRA SUL – 22/02/08

**SÉCULO XXI**

QUE UNIVERSIDADE QUEREMOS?

- Harvard - maio/2007
- UCMerces - 2007

QUE SEJA MELHOR!

**SÉCULO XX**

- Década de 60:
  - Inquietação
  - A geração de conhecimento explode, em quantidade e qualidade.
  - Como formar o novo cidadão para este mundo novo, esta sociedade nova?

**A INTELLECTUALIDADE  
ACADÊMICA PENSA ...!**

- BRASIL
- UNB, UNICAMP, Reforma Universitária
- Institutos de Pesquisa: locais de geração do conhecimento
- Centrado no gerador de conhecimento
- O aprendiz recebe as informações no local de geração
- É muito nobre

**DÉCADA DE 90:**

- Professor Luiz Bevilacqua prega:
  1. A Ciência é interdisciplinar;
  2. Este conceito deve ser passado ao estudante universitário logo no início de sua formação.

**TENTATIVAS ...**

- Luiz Bevilacqua – UFRJ
- Ada Pellegrini Grinover e Adelaide Faljoni-Alario – USP
- Outros atores ...

### **DIFICULDADES NA GRADUAÇÃO**

- Final da década de 90:
- Professor Bevilacqua parte para a Pós-Graduação:
  - A CAPES aceita e cria o Comitê Multidisciplinar (45), com o mesmo argumento de que a Ciência é multi e interdisciplinar.

### **INTERDISCIPLINARIDADE**

- Ensino centrado no estudante;
- O jovem busca sua formação;
- Precisa de tempo e orientação;
- O professor é somente orientador: mostra as fontes e como apropriar-se dos conhecimentos;
- Mostra os caminhos do pesquisar e os caminhos do criar.

### **NOVEMBRO 2004**

- Professor Nelson Maculan, então Secretário de Educação Superior do MEC, procura professor Bevilacqua:
- Solicita um PROJETO INOVADOR para uma Universidade para o século XXI
- Professor Bevilacqua aceita o desafio.

### **SOLICITA COMISSÃO**

- Portaria SESu de 18 de março de 2005;
- 40 docentes renomados foram convidados;
- 33 docentes aceitaram, oriundos de diversas Instituições: USP, IPT, UFMG, UFRJ, PUC-RIO, UnB, UNICAMP...

### **ESSA COMISSÃO ELABOROU O DOCUMENTO:**

- "UFABC – Universidade de ponta para o século XXI: Arquitetura Acadêmica para a Universidade Federal do ABC, Brasília, 2005".

### **CONCEPÇÃO INOVADORA**

- Educação Superior: inovação, competitividade, repercussão sobre a empregabilidade
- Mobilidade
  - garantia da qualidade e portabilidade das bolsas
- Sustentabilidade (PPA – Projeto Pedagógico Acadêmico)
- Modernização
  - conservadorismo pedagógico;
  - reprodução acrítica das estruturas estabelecidas

### UFABC: Projeto Multi-campi

- Multi-campi: Em 10 anos, 3 ou 4 campi
- Primeiro campus: Santo André, concentração em Ciência e Tecnologia
- Número de alunos no 1º campus: 10.000 sendo 7.500 de Graduação e 2.500 de Pós-Graduação (i.e., sem contar os de Extensão)
- 2º campus: 2008 em São Bernardo do Campo, pedra fundamental em 14/02/08

### UFABC - Projeto Pedagógico

- Ingresso comum no Bacharelado em Ciência e Tecnologia e não em cursos específicos
- BC&T em 3 anos
- 1 ano adicional - Bacharelado e/ou Licenciatura
- 2 anos adicionais - Engenharias

### Projeto Pedagógico (cont.)

- Benefícios do modelo:
  - Combate à evasão (\*)
  - Competitividade (sadia) estudantes buscam disciplinas optativas e livres que comporão seu histórico escolar no BC&T e nas carreiras profissionalizantes

(\*) A evasão em alguns cursos de bacharelado científico em universidades públicas paulistas chega a ser superior a 60%

### O Projeto Pedagógico (cont.)

- Bacharelado em Ciência e Tecnologia
  - Duração : 3 anos = 9 trimestres
  - 40% de disciplinas básicas obrigatórias, em 06 grandes eixos:
    - Estrutura da matéria
    - Processos de Transformação
    - Energia
    - Informação e Comunicação
    - Representação e Simulação
    - Humanidades

### O Projeto Pedagógico (cont.)

- 30% de disciplinas optativas
- Bloco de disciplinas de formação profissional básica;
- Podem ser profissionalizantes: engenharias, física, química, matemática, computação, biologia;
- 30% de disciplinas livres
- Buscar uma formação mais abrangente.

### O Projeto Pedagógico (cont.)

- Formação universitária:
  - Interdisciplinaridade;
  - Autonomia de aprendizado;
  - Capacidade de interação com grupos heterogêneos;
  - Domínio de língua inglesa e dos meios informáticos;
  - O educando é protagonista de sua formação.

### Se o educando é o protagonista...

- Deve ser ativo;
- Deve elaborar seu aprendizado;
- Apropriar-se dos conhecimentos;
- Elaborar seus próprios saberes.
- **PORTANTO:**
- Somente 4 horas diárias de aulas.

### Do corpo docente:

- Adesão ao Projeto Acadêmico;
- Capacidade para trabalho em equipe;
- Produção de material didático (para disponibilidade na internet, no contexto "open course" do M.I.T.)

### Cursos Oferecidos

- Bacharelado em Ciência e Tecnologia  
(comum a todos os alunos)
- Bacharelados e Licenciaturas  
– Biologia, Física, Matemática e Química
- Bacharelado  
– Ciências da Computação

21

### Cursos Oferecidos

- Engenharias
  - Ambiental e Urbana
  - Aeroespacial
  - Bioengenharia
  - Energia
  - Gestão
  - Informação
  - Instrumentação, Automação e Robótica
  - Materiais

21

### Pós BC&T:

- Cursos pós BCT  
(UFABC/outra IES)
- Mercado de trabalho  
(grandes empresas ou micro-empresas próprias)
- Pós-Graduação

### BACHARELADO EM CIÊNCIA & TECNOLOGIA

#### PRIMEIRO ANO – MATÉRIAS OBRIGATÓRIAS

1º TRIMESTRE	Base Experimental das Ciências Naturais	Bases de Ciência Moderna	Linguagens de Programação	Fenômenos Mecânicos	Funções de Uma Variável
2º TRIMESTRE	Física do Contínuo	Transformações e Químicas	Metodologia e algoritmos computacionais	Fenômenos Térmicos	Equações Diferenciais Ordinárias
3º TRIMESTRE	Formação de grupos sociais	Transformações e Bioquímicas	Funções de várias variáveis	Fenômenos Eletromagnéticos	Introdução à Probabilidade e à Estatística

**BACHARELADO EM CIÊNCIA & TECNOLOGIA****SEGUNDO ANO – MATÉRIAS OBRIGATÓRIAS**

4º TRIMESTRE	Relatividade e Física Quântica				
5º TRIMESTRE	Relações Internacionais e Globalização				
6º TRIMESTRE					

**BACHARELADO EM CIÊNCIA & TECNOLOGIA****TERCEIRO ANO – NÃO HAVERÃO MATÉRIAS OBRIGATÓRIAS**

7º TRIMESTRE					
8º TRIMESTRE					
9º TRIMESTRE					

**PROJETOS E AÇÕES PARA IMPLEMENTAR A QUALIDADE NO ENSINO DE GRADUAÇÃO**

- Projeto de Ensino-Aprendizagem Tutorial
- Assistência Estudantil
- Monitoria Acadêmica
- Jovens Artistas
- Incluir com Tecnologia
- Pesquisando desde o 1o dia (PDPD), PIBIC e PIBID
- LAB Exp., LAB Informática e Biblioteca
- Plantões de dúvidas
- Parceria com Secretaria Municipal de Educação

**Estrutura Organizacional**

- 3 Grandes Centros (sem Departamentos):
  - Ciências Naturais e Humanas
  - Matemática, Computação e Cognição
  - Engenharias, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

28

**Recursos humanos:**

- 147 docentes contratados
- 30 professores visitantes
- 03 vagas de Professor Titular
- 92 funcionários TAs estatutários
- 74 estagiários e contratados

**Implantação**

- GRADUAÇÃO
  - 2006 / 2007 – 1500 VAGAS (BCT)
  - 2008 – 1500 VAGAS (BCT)
- PÓS-GRADUAÇÃO
  - 09 APCNs (Energia, Nanociências, Informática, Química, Física e Matemática)

## EXTENSÃO NA UFABC

- Curso de Gestores
  - Dirigentes - Escolas do Ensino Básico
  - Publicação: "Diálogo de Saberes para a Ação Cidadã."
- Organizadores: Cláudio Luis de Camargo Penteadó e Sidney Jard da Silva
- Projeto: Divulgação das Engenharias no Ensino Médio Público
  - Parceria: UFABC/Sec.Est.Educação
  - FINEP: R\$ 480.000,00

## Recursos Computacionais

- Super Computador (com maior memória da AL)
- 1200 PCs
- Disponíveis aos alunos de segunda a sexta feira das 7h30 às 22h e aos sábados das 7h30 às 17 h

## Central Experimental Multi-Usuário 1



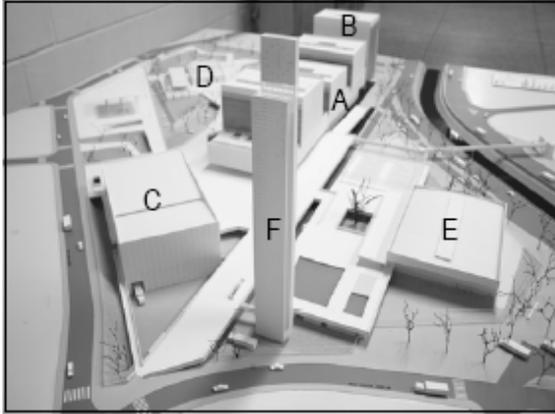
## CENTRAL EXPERIMENTAL MULTI-USUÁRIO (CEM)

- . Ressonância Magnética Nuclear
- . Fluorímetro
- . Microscópio Eletroquímico SECM
- . Microscópio Eletrônico de Varredura (MEV)
- . Difrátometro de RX
- . Cromat.Liq./Espectrômetro de Massa
- . Microscópio Ótico Zeiss
- . Espectropolarímetro (Dicroísmo Circular)
- . Electron-Spin Res. Spectrometer (EPR)
- . Absorção Atômica de Alta Resolução (Jena)
- . Espectrometro de Emissão por Plasma
- . Infra-Vermelho acoplado ao microscópio
- . Espectr. Absorção e Emissão Atômica
- . Microscópio Agilent 5500 AFM/SPM

## Biblioteca:

- Acesso ao Portal da CAPES
- Acervo Atual: 7300 volumes
- Licitados: 1044 volumes
- Disponível aos alunos de segunda a sexta-feira das 7h30 às 22h e aos sábados das 7h30 às 17h





**Engenharia de Materiais**  
SEGUNDO ANO : MATÉRIAS OBRIGATÓRIAS do  
**BACHARELADO EM CIÊNCIA & TECNOLOGIA**  
+ DISCIPLINAS DE OPÇÃO LIMITADA + DISCIPLINAS DE  
LIVRE ESCOLHA

4º TRIMESTRE	Relatividade e Física Quântica	Disciplina de Opção Limitada: Introdução às Engenharias	Disciplina de Opção Limitada: Geometria Analítica	Disciplina de Opção Limitada: Sistemas de Informação	Disciplina de Livre Escolha
5º TRIMESTRE	Relações Internacionais e Globalização	Disciplina de Opção Limitada: Termodinâmica II Engenharia	Disciplina de Opção Limitada: Álgebra Linear	Disciplina de Opção Limitada: Materiais e Propriedades	Disciplina de Livre Escolha
6º TRIMESTRE	Disciplina de Opção Limitada: Energia e Meio Ambiente	Disciplina de Opção Limitada: Mecânica dos Fluidos	Disciplina de Opção Limitada: Fundamentos de Desenho e Projetos	Disciplina de Opção Limitada: Circuitos Elétricos e Eletrônica	Disciplina de Livre Escolha

**Engenharia de Materiais**  
QUARTO ANO :  
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DA ESPECIALIDADE +  
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO CENTRO DE  
ENGENHARIA + DISCIPLINAS DE LIVRE ESCOLHA

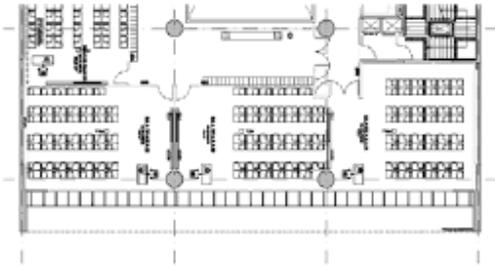
10º TRIMESTRE	Materiais Metálicos	Materiais Poliméricos	Materiais Cerâmicos	Engenharia Unificada II	Disciplina de Livre Escolha
11º TRIMESTRE	Química Orgânica de Materiais e Biomateriais	Química Inorgânica de Materiais	Materiais Compósitos	Termodinâmica e Estatística de Materiais	Disciplina de Livre Escolha
12º TRIMESTRE	Propriedades Mecânicas e Térmicas	Propriedades Elétricas, Magnéticas e Ópticas	Reciclagem e Ambiente	Proteção	Disciplina de Livre Escolha

**Engenharia de Materiais**  
QUINTO ANO :  
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DA ESPECIALIDADE +  
TRABALHOS OBRIGATÓRIOS (DIRETRIZES DO MEC) +  
DISCIPLINAS DE LIVRE ESCOLHA

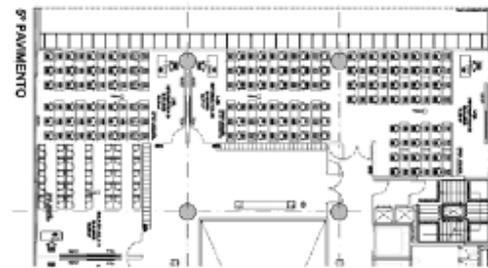
13º TRIMESTRE	Seleção de Materiais	Caracterização de Materiais		Trabalho de Graduação I	Disciplina de Livre Escolha
14º TRIMESTRE			Estágio Profissional I	Trabalho de Graduação II	Disciplina de Livre Escolha
15º TRIMESTRE			Estágio Profissional II	Trabalho de Graduação III	Disciplina de Livre Escolha



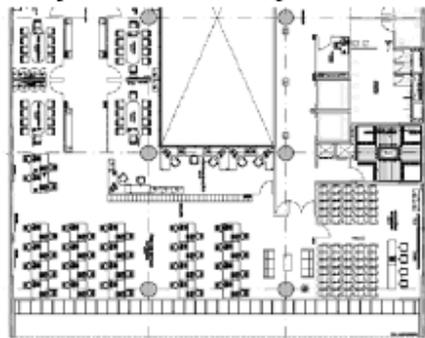
### Salas de Aula



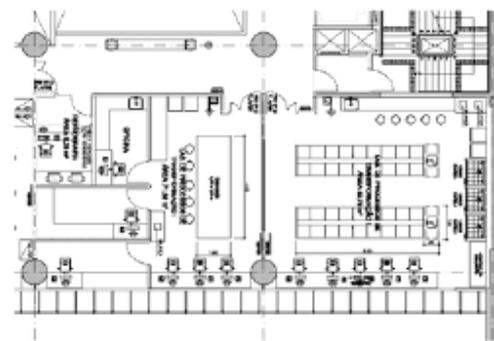
### Laboratório de Informática



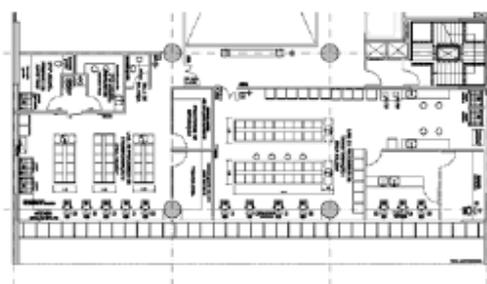
### Espaços de Pós-Graduação



### Laboratório de Transformações 1



### Laboratório de Transformações 2



## ANEXO 9 – Apresentação UFAL



### INTERIORIZAÇÃO: UMA EXPANSÃO NECESSÁRIA O PROJETO

Programa de Expansão da Educação Superior Pública, SESu/MEC

- Objetivo: inclusão 30% jovens entre 18 e 24 anos nas universidades;
- Primeira Etapa (2003-2008): criação de 10 novas Universidades Federais e de 48 novos campi, todas a regiões do país.

#### OBJETIVOS E FUNDAMENTOS

- ampliar acesso à educação superior, população do interior;
- contribuir para o desenvolvimento local: formação profissional e cidadã, produção de conhecimento científico, tecnológico e artístico;
- considerar particularidades, valores e problemáticas locais;
- articular-se com instituições que atuam interior;
- relacionar comunidade acadêmica X comunidades locais;
- inovar acadêmica e administrativamente.

### VARIÁVEIS BÁSICAS DO PROJETO

#### 1) Sub-regiões naturais estaduais: Mata/Litoral, Agreste e Sertão:

##### AS SUB-REGIÕES NATURAIS DE ALAGOAS



#### 2) Vocações econômicas

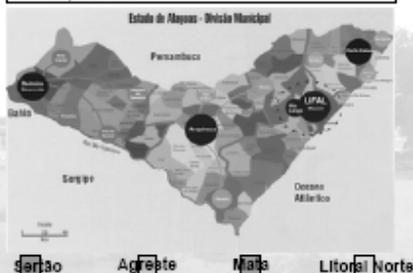
Litoral: pesca artesanal - (APLs): turismo, piscicultura  
Mata: cana-de-açúcar e; (APLs) Floricultura tropical  
Agreste: fumo, policultura alimentar e de matérias primas; (APLs): mandioca, moveleira, pinha, milho  
Sertão: pecuária extensiva; (APLs): latifúndios, apicultura, ovino-caprinocultura, piscicultura e turismo (Xingó)

#### 3) Demanda do Interior (potencial) por educação superior: matrículas ensino médio (SEE/AL, 2004; INEP, 2003)

- Total matrículas Alagoas (12 CREs e 102 municípios) 218.626 ..... 100,0%
- Matrículas Maceió: (1º CRE) 68.753 ..... 31,5%
- Matrículas nos municípios do interior: (11 CREs) 149.872 ..... 68,6%
- Carência formação universitária: professores rede pública: 20.000 - mais ou menos imediatamente formados (CEE, 2004)
- 2.137 demandas imediatas licenciaturas diurnas (SEE/AL, 2004)
- Demandas locais: governos, sociedade, mercado

### ESPACIALIZAÇÃO: CAMPUS E PÓLOS NAS SUB-REGIÕES

- Totalidade do território de Alagoas
- Base natural (sub-regiões)
- 4 zonas de influência acadêmica: identidade dos Campi/  
Campus Central - Maceió  
Campus do Agreste - Arapiraca  
Campus do Sertão - Delmiro Gouveia  
Campus Litoral Norte - Porto Calvo



### ESTRUTURA INSTITUCIONAL: HIERARQUIZAÇÃO FUNCIONAL ACADÊMICA

- O CAMPUS: Centraliza espaços sub-regionais estaduais
  - unidades relativ. autônoma (submisso Campus Central)
  - infra-estrutura física e de equipamentos complexos
  - inicialmente oferta acadêmica regular cursos graduação
  - gestão administrativa e acadêmica
- OS PÓLOS: Polarizam zonas das sub-regiões referidas
  - unidades dependentes dos campi
  - infra-estrutura básica e específica dos cursos ofertados
  - um ou mais cursos - demandas/vocações locais
  - apoio administrativo e acadêmico

### CAMPUS DO AGRESTE - ARAPIRACA E PÓLOS: PALMEIRA DOS ÍNDIOS, PENEDO E VIÇOSA

Primeira etapa – 15 de setembro 2006



### CAMPUS DO AGRESTE: ARAPIRACA



### CRÍTICAS AOS MODELOS DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL VIGENTES

- concepção fragmentada conhecimento
- currículos estreitos e rígidos (ênfase monodisciplinar)
- precocidade escolha carreira profissional
- seleção à graduação: pontual e excludente
- fosso entre graduação e pós-graduação.
- risco isolamento científico, tecnológico e intelectual (mundo globalizado)
- formação quase exclusivamente profissional
- rigidez regras, normas e avaliações vigentes: dificuldades propostas inovadoras
- práticas pedagógicas tradicionais (aulas expositivas, uso incipiente recursos tecnológicos e formas inovadoras de ensino).
- ociosidade espaço físico: vespertino e noturno
- horários fragmentados disciplinas
- altos índices evasão (graduação); escolha profissional equivocada, falta de condições de permanência e dificuldade conciliar trabalho e estudos
- rigidez formação profissional inadequada novas demandas mundo trabalho (Sociedade do Conhecimento)
- **NECESSIDADE:** modelos formação profiss. abrangentes, flexíveis, integradores.

### NOVO MODELO ACADÊMICO-PEDAGÓGICO

- Configuração inovadora dos cursos do Interior
- Flexibilidade curricular, prática interdisciplinar primeiros semestres
- Mobilidade docentes/discentes Campus e Pólos

#### Estrutura dos Cursos:

- EIXOS TEMÁTICOS: agrupam cursos de graduação
- TRONCOS DE CONHECIMENTO: definem etapas e conteúdos

#### Os Eixos e Cursos: Campus Arapiraca

- 1- Eixo das Agrárias: agronomia, zootecnia, medicina veterinária e engenharia de pecas;
- 2- Eixo da Educação: educação física e ciências (licenciaturas: biologia, matemática, química, física);
- 3- Eixo da Gestão: administração, ciência da computação e turismo;
- 4- Eixo das Humanidades: serviço social e psicologia;
- 5- Eixo da Saúde: enfermagem;
- 6- Eixo da Tecnologia: arquitetura.

### TRONCOS DE CONHECIMENTO: CARACTERÍSTICAS GERAIS

- Flexibilidade curricular: mobilidade docentes entre Pólos e Campus do Interior >>> disciplinas Tronco Inicial e conhecimentos complementares (demais Troncos);
- Tronco Profissionalizante: práticas, estágios e TFGs preferencialmente com intervenção realidade local >>> monografia com banca docente e defesa pública;
- Pesquisa e extensão, enquanto princípios pedagógicos, presentes nas atividades curriculares dos troncos intermediário e Profissionalizante;
- Modalidade à distância: até 20% de C.H. - disciplinas (legislação em vigor);
- Ingresso candidatos cursos interiorizados: Implantação: Processo Seletivo particular ou comum aos demais cursos da UFAL >>> classificatório, (porto de corte - CONSUNI), aferindo-se conhecimentos referentes conteúdo exigido ensino médio; Desenvolvimento futuro: Processo seletivo para cada Eixo;
- Re-opção: inscrita ao final do Tronco Inicial, a depender de vagas, restrita aos cursos de um mesmo Tronco intermediário, a depender de vagas; e depender do número vagas e exigências específicas cada curso (seleção própria), no Tronco Profissionalizante.
- Novos procedimentos de gestão administrativa e acadêmica: reestruturação e adequação novo modelo pedagógico >>> informatização rotinas, rapidez acesso discentes, docentes, técnicos e gestores, redução tempo burocrático, restrito uso de papéis e deslocamento desnecessário de pessoal.

### TRONCOS DE CONHECIMENTO: CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS

#### Tronco Inicial:

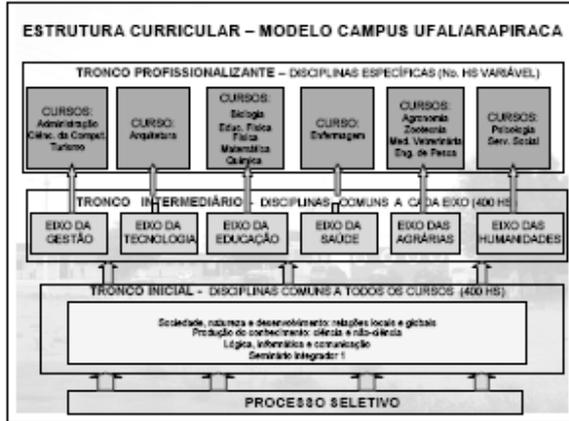
- Formação geral: informação e discussão crítica sobre: Sociedade, natureza e desenvolvimento; Produção do conhecimento; Lógica, informática e comunicação;
- Enfoque interdisciplinar: Seminário Integrador 1 - docentes todas as disciplinas; abordagem em escala real;
- Flexibilidade: alunos de todos os cursos; acesso disciplinas Campus e/ou Pólos;
- Atividades: três disciplinas e um seminário integrador, 400 horas-aula semestrais.

#### Tronco Intermediário:

- Formação básica e conteúdo comum a cada Eixo Temático;
- Disciplinas instrumentais, interdisciplinares e de síntese.
- Matrículas por Eixo, 400 horas semestrais.

#### Tronco Profissionalizante:

- Conteúdos profissionalizantes objetivos, diretos, mas não estanques;
- Disciplinas peculiares projetos pedagógicos de cada curso;
- Formação graduada final e específica de cada curso, dentro dos Eixos Temáticos;
- Duração variável.



### DISCIPLINAS DO TRONCO INICIAL: COMUNS A TODOS OS CURSOS

**SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO: RELAÇÕES LOCAIS E GLOBAIS (20HS)**

- Reflexão crítica sobre a realidade, tendo como base o conhecimento de mundo a partir de um contexto local e sua inserção global, através de abordagens interdisciplinares sobre sociedade, seu funcionamento, reprodução, manifestações diversas e suas relações com a cultura, economia, política e natureza.

**PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: CIÊNCIA E NÃO-CIÊNCIA (120HS)**

- Instrução e discussão sobre ciência e seus instrumentos, procedimentos e métodos científicos, mas também sobre as expressões de conhecimento tradicionais, populares e locais, para o reconhecimento de um diálogo de saberes e a internalização de novos paradigmas.

**LÓGICA, INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO (120 HS)**

- Oferta de instrumentais básicos requeridos pelo cursar da graduação universitária, fundamentalmente: usos da linguagem, indução e dedução; novas tecnologias de comunicação, usos do computador e da Internet; expressão escrita, análise, interpretação e crítica textual.

**SEMINÁRIO INTEGRADOR I (40 HORAS):**

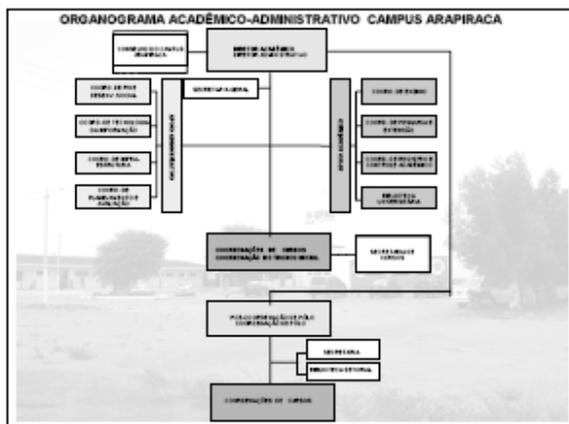
- Discussão interdisciplinar, em escala real, sobre uma base local; integração e aplicação conteúdos e atividades disciplinares anteriores; conteúdo temático definido pelo Colegiado do Tronco Inicial; 02 horas semanais.

### DISCIPLINAS DOS TRONCOS INTERMEDIÁRIOS: COMUNS A CADA EIXO

Disciplina	C.H TOTAL	Eixo
Biologia Geral	100	Agrárias
Ecologia	60	
Matemática e Estatística	100	
Química Geral	100	
Seminário Integrador 2	40	
Biologia Geral	60	
Física Geral	60	Educação
Fundamentos de Matemática I	60	
Profundidade Docente	60	
Química Geral	60	
Seminário Integrador 2	40	
Introdução à Administração	60	
Introdução a Sistemas de Informação	60	
Introdução à Tecnologia da Informação	60	
Noções de Matemática e Estatística	120	
Seminário Integrador 2	40	

Fonte: Profa. Simone N. Ferreira, 2007  
N. Ferreira, 2007

Disciplina	C.H TOTAL	Eixo
Anatomia e Histologia	160	Saúde
Biologia Celular e Molecular	40	
Parasitologia	50	
Saúde e Sociedade	120	
Seminário Integrador 2	40	
Desenho Auxiliado por Computador	50	
Desenho Técnico	50	Tecnologia
Fundamentos de Cálculo	50	
Geometria Analítica	50	
Geometria Descritiva	50	
Seminário Integrador 2	40	
Introdução à Filosofia	50	
Introdução à Psicologia	50	
Pesquisa em Ciências Sociais	120	
Traço e Sociabilidade	50	
Seminário Integrador 2	40	



### IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS DE ARAPIRACA: PRIMEIROS REGISTROS



### OS PÓLOS



### ALGUNS PONTOS POSITIVOS

- Relevantes transformações estruturais na sub-região, atual e próximos anos;
- Indução novas oportunidades locais;
- Novas dinâmicas comérol e serviços locais;
- Abração estudantes ensino médio do Agreste, Mata e Sertão (AL e vizinhança):
  - \* 2008: aprovados originários 51/102 municípios Alagoas e 3 municípios SE e PE;
- Tronco Inicial: conteúdo comum, interdisciplinar e generalista desde 1º semestre;
- Seminário integrador 1: turmas mistas, tema flexível e discussão em escola real;
- Adiantamento da escolha profissional precoce: até Tronco Intermediário;
- Oferta dispersa disciplinas Tronco Comum e Intermediário: possibilidade permanência discente seu município;
- Parcerias administração pública municipal e outros órgãos locais: projetos, convênios, consultorias, capacitações, estágio;
- Projeto: embates e debates: adm. superior, docentes e estudantes.

### ALGUNS PONTOS A SUPERAR

- Morosidade e dependência da contratação novos docentes e técnicos;
- Resistência à mudança: estruturas tradicionais universitárias;
- Inadequação legislação, regimentos e normas vigentes, tradicionais;
- Inadequação seleção tradicional docentes para ao novo projeto pedagógico;
- Construção infra-estrutura física e de equipamentos, do ponto zero;
- Morosidade processos administrativos aquisição equipamentos e serviços de infra-estrutura (burocracia licitatória limitante);
- Precariedade infra-estrutura urbana e de serviços: fixação dos docentes, atendimento discente, demandas operacionais;
- Ausência assistência estudantil (garantia da permanência, carentes...);
- Resistência, não-formação e desinformação: parcela docente e discente em relação ao novo projeto pedagógico.

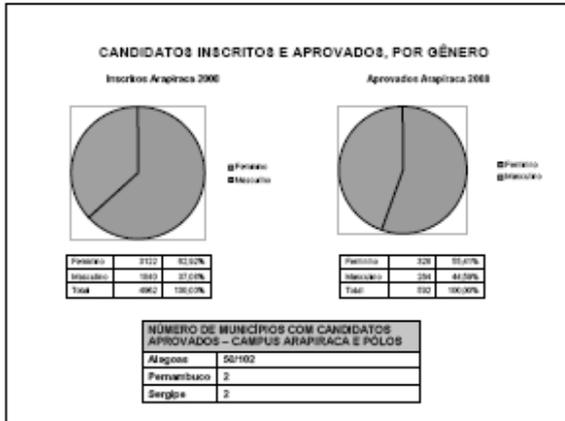
### QUADRO ATUAL DOCENTE, TÉCNICO E DISCENTE

CATEGORIA/ ANO	QUADRO DOCENTE, TÉCNICO E DISCENTE (CUMULATIVO ANUAL)				2010 (REUNI)
	2006	2007	2008	2009	
Docentes	58	+ 9	+ 32	+ 81 = 180	+ 30 = 210
Técnicos	20	+ 30	+ 22	72	72
Discentes	640 (16x40)	1.280	1.920	1920 + 800 (16x50) = 2.720	3.720+ 950 (16x59)= 3.670

### ALGUNS DADOS DO ÚLTIMO VESTIBULAR (2008)

Fonte: COPEVE e Diretoria Acadêmica Campus Arapiraca, 2008

Cursos	PROCESSO SELETIVO VESTIBULAR – CAMPUS ARAPIRACA E PÓLOS			Total
	Aprovados	Classificados	Inscritos	
Administração	49	0	40	375
Agronomia	37	3	40	374
Arquitetura	35	4	40	154
Biologia Lic.	39	2	40	394
C.Computação	40	0	40	297
Ed.Física Lic.	38	2	40	413
Enfermagem	49	0	40	747
Eng. Pesca	54	8	22	61
Física Lic.	39	1	40	165
Matemática Lic.	38	2	40	174
Med.Veterinária	22	18	40	193
Psicologia	39	1	40	313
Química Lic.	37	3	40	89
Serv.Social	49	0	40	375
Turismo	6	4	10	66
Zootecnia	35	4	40	157
TOTAL	540	52	522	4085
%	91%	8%	100%	100%



**INTERIORIZAÇÃO: EXPANSÃO COM REESTRUTURAÇÃO, OPORTUNIDADE DE AUTONOMIA E MISSÃO SOCIAL**

**Expandir a quantidade:** novas vagas, novos cursos (incluindo)

**Aprimorar a qualidade e da educação:** (graduação e pós)

**Inovar cenário educação superior:**

- universalidade como vetor do desenvolvimento local e regional;
- indutores;
- consideração das particularidades locais (local como universal);

**Valorizar:**

- flexibilização e interdisciplinaridade;
- conhecimento realidade e complexidade (sínteses);
- diálogo de saberes;
- mobilização docente e discente entre e entre instituições;

**Propor:**

- novo projeto pedagógico: novos cursos, modalidades de graduação, percursos formativos diferenciados, formações adaptadas realidade local e novas dinâmicas;
- novas interfaces graduação e pós-graduação, educação superior e educação básica;
- formação universitária e cidadã;

**Superar:**

- estruturas universitárias vetustas e inadequadas novas dinâmicas globais;
- especialização precoce e formação estritamente profissionalizante;

